



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2017

----- Aos vinte e três dias do mês de junho de 2017, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.^a Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----

----- **2. Propostas da 14^a Assembleia Municipal de Jovens.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Manuel Barros Cardoso, Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias e Ana Paula Raimundo Almeida Piedade; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva e Joaquim José Mendes Dias;

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Verificou-se ainda a presença de João André Faria Ribeiro em representação do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso. -----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A **Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e justificou a ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, por motivo de doença e reforçou os votos de melhoras ao seu estado que neste momento era preocupante. -----

----- Cumprimentou ainda os Diretores das Escolas, Eleitos da Assembleia Municipal de Jovens e Encarregados de Educação presentes, bem como o público e ainda as funcionárias da Unidade de Apoio da AMS. -----

----- Informou em seguida que os Deputados Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos e Pedro Miguel dos Santos Mesquita informaram que não poderiam estar presentes, justificando as suas ausências, tendo sido substituídos pelas Deputadas Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias e Ana Paula Raimundo Almeida Piedade. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal justificou a ausência do Vereador Américo Manuel Machado Gegaloto, por razões de ordem familiar. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal informou ainda os Deputados Líderes de Bancada, como havia sido dado conhecimento, de que estava prevista a realização de uma sessão extraordinária para o dia 14 de julho cuja Ordem de Trabalhos seria essencialmente dedicada a dois pontos concretos, sendo o primeiro respeitante à ORU (Operação de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra) e o segundo, referente à aquisição da Ala Norte do Santuário do Cabo Espichel. -----

----- Disse que esta sessão, tal como de alguns anos a esta parte, tinha uma Ordem de trabalhos particular pois dizia respeito à apresentação das Propostas deliberadas na Assembleia Municipal de Jovens realizada no dia 6 de maio na freguesia da Quinta do Conde. As Propostas das Escolas iam no sentido de serem presentes a uma Ordem de Trabalhos tal como estava estabelecida para que a Assembleia Municipal as conhecesse e deliberasse sob a forma de recomendação à Câmara Municipal para que as pudesse integrar nas GOPS (Grandes Opções do Plano). -----

----- Disse que, tal como acontecia em todas as Assembleias, haveria um Período de Intervenção dos Cidadãos (PIAC) imediatamente a seguir ao PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia), ou seja, antes do POD (Período da Ordem do Dia). -----

----- Assim, a Ordem de Trabalhos teria de ser deliberada no sentido de ser mais facilitador para os jovens presentes e sugeriu que se passasse de imediato à deliberação das Propostas da Assembleia Municipal de Jovens seguida da intervenção do público, seguindo-se depois o PAOD e para terminar, a Ordem de Trabalhos. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Presidente da Assembleia Municipal informou que relativamente ao PAOD, existiam 3 documentos inscritos.-----

----- Após votação, a AMS aprovou, por **unanimidade**, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, alterar a organização da presente sessão, passando o ponto 2 da Ordem de Trabalhos “Propostas da 14ª Assembleia Municipal de Jovens” com o tema “**Direitos e deveres pela igualdade na deficiência**” para antes do “Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos”, e este Período para antes do “Período de Antes da Ordem do Dia”.

----- Foi cedida a palavra o **Presidente da Mesa da 14ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens, Gonçalo Rosa** que prestou a seguinte intervenção:-----

----- “Caros,-----

----- *O meu nome é Gonçalo Rosa.*-----

----- *Sou aluno do Agrupamento de Escolas da Boa Água e no papel de Presidente da Assembleia Municipal de Jovens, sou a cumprimentar todos os presentes, salientando especialmente, a Exa. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Exa. Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Exos. Senhores Deputados Municipais e Vereadores, Professores e colegas.*-----

----- *Aproveito o momento para felicitar uma vez mais este Projeto no qual participo há três anos e do qual me despeço hoje.*-----

----- *Foi uma honra e um orgulho assistirmos ao desenvolvimento do mesmo e podermos assim refletir sobre a qualidade de vida do Concelho.*-----

----- *Seremos certamente jovens e adultos mais ativos e conscientes do nosso papel na sociedade.*-----

----- *A todos faço votos de um excelente trabalho para a sessão de hoje.*-----

----- *Obrigado*”-----

----- Tomou do uso da palavra a líder de bancada da **Escola Básica Integrada da Boa Água, Mariana Pinto**, que começou por cumprimentar e agradecer a todos os presentes a forma como a Assembleia Municipal de Jovens dignificava e valorizava o trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal de Sesimbra.-----

----- Procedeu depois à leitura da proposta da sua Escola:-----

----- “*Introdução:*-----

----- *Segundo o Artigo 1.º da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.*-----

----- *Para o desenvolvimento dos trabalhos para a 14ª Assembleia Municipal de Jovens fomos*

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

convidados a refletir sobre as questões da deficiência e a necessidade de se lutar pela valorização e pelos direitos dos indivíduos portadores de deficiência.-----

----- Por forma a contextualizar o tema, procuramos compreender o conceito de Necessidades Educativas Especiais, o qual é amplamente trabalho nas escolas. E desta forma compreendemos que este visa refletir a progressiva democratização das sociedades, fundamentalmente nos princípios da inclusão. Este é assim um conceito que pretende atingir a plena igualdade de direitos, nomeadamente no que respeita à não discriminação, tendo por base as características intelectuais, sensoriais, físicas e socioemocionais das crianças e adolescentes em idade escolar. -----

----- Desta forma, e se as políticas educativas pretendem hoje promover a equidade e igualdade entre os alunos, consideramos que os municípios devem agir por forma a minorar os problemas que se apresentam no quotidiano de todos os cidadãos e assim melhorar a sua qualidade de vida. -----

----- A bancada do Agrupamento de Escolas da Boa Água considera assim que a atividade do município de Sesimbra deve revelar-se cada vez mais diferenciadora e impulsionadora da promoção dos "Direitos e Deveres pela Igualdade na Deficiência" de todos os seus munícipes, quer pela criação de algumas infraestruturas e recursos quer pelo desenvolvimento de projetos que visem o bem estar e a satisfação geral da população -----

----- .Por fim, relembramos que a "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças". E com esta frase da prof^a Maria Teresa Mantoan, ilustramos os aspectos que visam em amplos traços fundamentar as opções que apresentamos à discussão neste plenário. Pretendemos assim que a implementação das propostas que aqui trazemos possam valorizar as capacidades destes cidadãos e não as suas incapacidades; ao sublinhar a fragilidade emocional de muitos destes indivíduos realçamos principalmente a necessidade muitas vezes sentida de um apoio socio-afetivo; e propomos ainda dotar as escolas dos meios necessários e adequados à integração de todas as crianças e jovens. Essencialmente pretendemos melhorar as suas condições de vida, quer no contexto escolar quer na sua vivência quotidiana no município de Sesimbra visando a sua integração, e ainda promover a sensibilização dos munícipes quanto às questões que hoje aqui debatemos. -----

----- E assim, apresentamos para debate na 14^a edição da Assembleia Municipal de Jovens as seguintes propostas.-----

----- Propostas para debate:-----

----- - Realização de uma Ação de Angariação de fundos para apoio à finalização da Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

por falta de verba. Atividade na qual se desenvolverão várias atividades lúdicas, que podem englobar canto, dança com voluntários/convidados no Parque da Vila. (PAMJovem) -----

----- -Produção de um vídeo de sensibilização para a temática da Deficiência, visando a reflexão sobre as questões relativas ao tema e promovendo a minimização do bullying para com os indivíduos portadores de deficiência;-----

----- - Realização de Caminhadas Inclusivas pelas Ecovias do concelho; -----

----- - Dotação das escolas de 1.ºciclo do concelho com livros do Plano Nacional de Leitura traduzidos para SPC (linguagem pictórica), dado que estas estão sob a responsabilidade do município; -----

----- - Criação de uma Linha de Apoio Municipal à “Pessoa com Deficiência”; -----

----- - Equipar os circuitos de manutenção do concelho, com material desportivo adaptado a indivíduos portadores de deficiência física. Possibilitando assim a utilização destes espaços pelos cidadãos com mobilidade reduzida e que necessitam deslocar-se em cadeira de rodas.” -----

*----- Foi cedida a palavra a **Inês Castelhana, Líder de Bancada da Escola Básica Integrada da Quinta do Conde**, a qual depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar a proposta da sua Escola:--*

----- “Introdução:-----

----- O tema deste ano vem ao encontro da promoção de condições para que os habitantes de Sesimbra, que são portadores de deficiência, possam viver com qualidade de vida e saúde.-----

----- A Deficiência é um termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica. Os nossos objetivos, deste ano, são promover uma maior compreensão dos assuntos referentes à deficiência, mobilizar a defesa da dignidade, dos direitos e o bem-estar das pessoas, procurando também aumentar a consciência dos benefícios trazidos pela integração das pessoas com deficiência em cada aspeto da vida social e cultural e de as ajudar a tentarem ver que as suas deficiências não são obstáculos para o sucesso, mas sim motivos ou o ponto de partida, para que estes ultrapassem os problemas com trabalho, dedicação e esforço. -----

----- Ao longo dos anos, sempre existiram pessoas com capacidades diferentes, mas nem sempre foram tratadas de melhor forma ou houve condições para que elas evoluíssem o que mereciam. No presente, queremos assegurar que todas estas pessoas possam ser felizes, que apresentem um bem-estar físico, social e psicológico, que um sentimento de divertimento possa vigorar e que estas possam aproveitar a vida da melhor forma.-----

----- A nossa proposta direciona-se para a ajuda a estas pessoas tão especiais, pois, na opinião da nossa bancada, é um aspeto a apostar e a melhorar. É muito importante que percebamos, desde cedo,

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

que temos de aprender a viver com a diversidade. Para isso, devemos aceitar as diferenças sociais, convivendo com estas pessoas, para que elas não se sintam sozinhas, vivam de forma alegre e para ajudarmos na sua integração. Pensamos que, só assim, poderemos proporcionar a inclusão de todos na comunidade onde vivemos e que, desta forma, criaremos melhores condições para as pessoas portadoras de deficiência. -----

----- Atendendo a estas ideias, a nossa escola desenvolveu as propostas que se seguem para ajudarmos as pessoas portadoras de deficiência do nosso concelho em termos sociais e culturais. O nosso lema será: "Todos diferentes, todos com direitos iguais". -----

----- Propostas para debate:-----

----- 1. Realização de uma Ação de Angariação de Fundos para finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada por falta de verba. -----

----- 2. Melhoramento dos Parques Infantis, colocando materiais adaptados para crianças portadoras de deficiência. -----

----- 3. Melhoramento das condições das pessoas portadoras de deficiência em locais públicos:-----

----- - colocação de placas com indicações em braille;-----

----- - instalação de barras de metal nas entradas dos prédios e dos edifícios públicos;-----

----- - instalação de rampas;-----

----- - criação de passadeiras próprias para pessoas portadoras de deficiência e com sinal sonoro nos semáforos. -----

----- 4. Melhoramento do espaço/material escolar para alunos portadores de deficiência:-----

----- - adaptação de recursos/computadores de acordo com as necessidades dos alunos.-----

----- 5. Voluntariado de alunos nas escolas para apoio dos alunos/adultos portadores de deficiência.--

----- 6. Realização de um pedi-paper e de atividades desportivas para pessoas portadoras de deficiência. -----

----- 7. Organização de atividades lúdicas e ligadas às artes (teatro, dança, canto, pintura...) de integração/divertimento para alunos com Necessidades Educativas Especiais.-----

----- 8. Dinamização de Ações de Formação para a população/alunos sobre como lidar com estas pessoas." -----

----- A Presidente da AMS fez a leitura da proposta da Escola Básica 2,3/S Michel Giacometti da Quinta do Conde, uma vez que o Professor Rodrigo Ribeiro tivera a necessidade de se ausentar para uma

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

reunião:-----
----- “Introdução:-----
----- De acordo com as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, da Associação Portuguesa de Deficientes, há que ter em atenção as seguintes considerações. Em todas as partes do mundo e em todos os níveis de cada sociedade há pessoas com deficiência. O número total de pessoas com deficiência no mundo é muito grande e está a aumentar. -----
----- Tanto as causas como as consequências da deficiência variam em todo o mundo. Essas variações são resultado das diferentes circunstâncias socioeconómicas e das diferentes disposições que os Estados adotam em favor do bem-estar dos seus cidadãos. -----
----- A atual política em matéria de deficiência é o resultado da evolução registada ao longo dos últimos 200 anos. Em muitos aspetos reflete as condições gerais da vida e as políticas sociais e económicas surgidas em épocas diferentes. Não obstante, no que respeita à deficiência, também há muitas circunstâncias concretas que influenciaram as condições de vida das pessoas que dela padecem: a ignorância, o abandono, a superstição e o medo são fatores sociais que ao longo de toda a história isolaram as pessoas com deficiência e atrasaram o seu desenvolvimento.-----
----- Assim, consideramos que este pressupostos também se adequam à nossa comunidade e só o abandono e a ignorância, permitem que uma obra, tão importante, como a da Cercizimbra, na Quinta do Conde do conde esteja parada há tanto tempo.-----
----- Propostas para debate:-----
----- 1. Realização de uma Ação de Angariação de fundos para finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada por falta de verba.- -----
----- 2. Organizar venda de garagem para angariar fundos para concluir a obra da Cercizimbra na Quinta do Conde.-----
----- 3. Realizar corrida para angariação de fundos para concluir a obra da Cercizimbra na Quinta do Conde. -----
----- 4. Construir um elevador para acesso ao primeiro andar do Bloco A e biblioteca da Escola Michel Giacometti.-----
----- 5. Venda de produtos na entrada dos hipermercados para angariar fundos para concluir a obra da Cercizimbra na Quinta do Conde.-----
----- 6. Comemoração do dia internacional do deficiente, 3 de Dezembro.-----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 7. *Aulas de dança em cadeira de rodas.*-----

----- 8. *Organizar jogos paralímpicos no concelho de Sesimbra*-----

----- A **Presidente da AMS** fez igualmente a leitura da Proposta da **Escola Secundária de Sampaio**:-----

----- *“Introdução*-----

----- *O tema desta 14ª edição da Assembleia Municipal de Jovens centra-se na problemática da plena integração e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.*-----

----- *A Constituição da República Portuguesa, no Artigo 71º, afirma a igualdade de direitos das pessoas com deficiência, devendo o Estado desenvolver uma política de integração e não discriminação de qualquer cidadão.*-----

----- *Ao longo das últimas quatro décadas da democracia portuguesa, o Estado tem procurado responder às necessidades das pessoas com deficiência, criando organismos que de forma mais próxima respondam às suas necessidades. É o caso do Instituto Nacional para a Reabilitação, integrado no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que procura garantir a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a valorização das pessoas com deficiência, numa perspetiva de promoção dos seus direitos fundamentais. A própria criação da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência é um sinal da preocupação com este conjunto de cidadãos.*-----

----- *A subscrição da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Estado Português constituiu um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência.*-----

----- *Também ao nível do sistema de ensino, tem sido evidente a preocupação com a plena integração das crianças e jovens portadoras de deficiência nas nossas escolas, criando-se em muitos estabelecimentos Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo, como no Agrupamento de Escolas de Sampaio, tendo em vista oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos.*-----

----- *Enquanto jovens preocupados com os cidadãos portadores de deficiência, pensamos que também devemos dar o nosso contributo para melhorar a qualidade de vida no nosso concelho a todos os que se encontram nesta situação.*-----

----- *Assim, propomos para debate:*-----

----- • *Realizar de uma Ação de Angariação de fundos para finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada por falta de*

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

verba. (AMJ – PROJETO) -----

- • Construir uma rampa de acesso na Escola Básica do Castelo. -----
- • Instalar equipamentos adaptados às pessoas com deficiência em espaços públicos do concelho. -----
- • Instalar pisos tácteis junto das passadeiras para peões. -----
- • Realizar uma campanha de angariação de equipamentos, para entregar à Cercizimbra, que tornem a estadia nesta instituição mais confortável. -----
- • Realizar uma campanha de angariação de equipamentos para a Unidade de Ensino Estruturado do Agrupamento de Escolas de Sampaio -----
- • Fazer o rebaixamento de lancis e calçadas. -----
- • Criar atividades de tempos livres para pessoas com deficiência. -----
- • Criar estágios ou empregos para pessoas com deficiência, desempregadas ou à procura do primeiro emprego. -----
- • Melhorar acessibilidades no acesso às praias. -----
- • Produzir os folhetos culturais e informativos adaptados às necessidades das pessoas invisuais. -
- • Divulgar os serviços de atendimento e integração das pessoas com deficiência no concelho de Sesimbra. -----
- • Criação do conselho municipal das pessoas com deficiência. -----
- • Criar um serviço de voluntariado que apoie as famílias das pessoas com deficiência.” -----

----- Relativamente à proposta da **Escola Navegador Rodrigues Soromenho, foi lida pela 1ª Secretária da Mesa da 14 edição da AMJ, Maria Cunha:** -----

----- “Introdução / Subtema -----

----- A 14.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens de Sesimbra, cujo tema é “Direitos e deveres pela igualdade na deficiência” Transformou-se numa enorme responsabilidade para nós, porque para além de reconhecermos a importância da integração de pessoas com deficiência, na nossa comunidade, entendemos que os seus direitos devem ser uma realidade. Atendendo a que o nosso concelho, pelas suas características é muito vocacionado para o Turismo achámos que seria importante encontrar um subtema relacionado com essa área, que desse cobertura às propostas que pretendemos por à discussão nesta edição da AMJ. Daí termos criado o subtema: -----

----- “Sesimbra. Um concelho de Turismo para todos.” -----

----- Este subtema representa a nossa vontade de criar uma marca/selo que identifique Sesimbra como um concelho de Turismo Inclusivo, ou seja acolhedor de turistas/visitantes portadores de deficiência. Para

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

a criação deste subtema inspirámo-nos na frase “com limitações, mas sem limites” e também na confirmação de que, com ou sem limitações físicas ou intelectuais, todos somos cidadãos e por isso temos direitos e deveres iguais. O conjunto de propostas que criámos e que a seguir listamos para debate, também surgem na sequência de o nosso Agrupamento ser uma organização com práticas inclusivas, que no seu dia-a-dia desenvolve atividades de integração dos cidadãos portadores de deficiência e também à constatação das dificuldades que se sentem e que surgem devido a barreiras físicas (obstáculos arquitetónicos) e psicológicas (preconceitos).-----

----- O nosso empenho vai no sentido de tornar evidentes as dificuldades e necessidades e despertar consciências, para a sua tentativa de resolução. Tudo isto para que, a curto prazo, o nosso concelho possa acolher os visitantes portadores de deficiência física e/ou intelectual e estes possam vivenciar todas as experiências turísticas que Sesimbra oferece.-----

----- Propostas para debate:-----

----- As seis propostas elaboradas pela bancada da Escola 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, são:

----- Proposta 1 – Realizar uma Ação de Angariação de Fundos para finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada por falta de verba;-----

----- Proposta 2 – Diligenciar junto das entidades competentes, no sentido de que estas promovam a melhoria das acessibilidades às atrações turísticas, alojamento, transportes, restauração e praias no concelho; -----

----- Proposta 3 – Criar um restaurante/snack-bar, low-cost, que seja dinamizado apenas por jovens portadores de deficiência;-----

Proposta 4 – Promover a disponibilização de informação (turística e cartaz cultural) adaptada - Braille, áudio-descrição e simbólica;-----

----- Proposta 5 – Dinamizar um evento desportivo de dimensão nacional e/ou internacional ligado ao mar (canoagem e/ou mergulho adaptados);-----

----- Proposta 6 – Promover uma semana ligada à inclusão, com atividades que sejam vivenciadas por todas as idades e por todos os cidadãos em parceria (Seminário sobre turismo inclusivo, atividades em que os não portadores de deficiência possam perceber o que significa ser portador, por exemplo jantar às escuras e uma marcha/corrida solidária para todos os cidadãos, com o envolvimento das escolas;” -----

----- **A Presidente da AMS** agradeceu a disponibilidade da aluna em fazer a leitura da proposta da Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que o AMJ Projeto, iniciado na 13ª Edição, em 2016, não era do conhecimento da grande maioria dos munícipes presentes e explicou o desenvolvimento do mesmo. -----

----- **O Presidente da Mesa da 14ª Edição da AMJ, Gonçalo Rosa**, que disse que terminada a apresentação das Propostas das cinco Escolas participantes cujo debate decorrerá no passado dia 6 de maio de forma muito participativa e por esse motivo muito positiva e gratificante e que considerando o objetivo estratégico do Projeto da AMJ, passou a apresentar o AMJ Projeto 2017: -----

----- *“O AMJ Projeto ocorre pela segunda vez na Assembleia Municipal de Jovens e corresponde a um financiamento global de 5.000€, cabendo a cada Escola/bancada escolar 1.000€ para desenvolver e concretizar o seu Projeto. No entanto, o AMJ Projeto 2017, tendo em consideração o tema e a necessidade urgente de conclusão da obra da Cercizimbra na Quinta do Conde, foi entendimento de todos os Agrupamentos construir uma Proposta comum, apresentada em nome da Comissão de Líderes das bancadas escolares.*-----

----- 1. Identificação -----

----- (Nome do Projeto) AMJ Projeto 2017-----

----- Todos ao Parque! Porque a Diferença é Valiosa! -----

----- 2. Descrição do projecto-----

----- (Apresentação genérica)-----

----- Realização de uma Ação de Angariação de fundos para finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, sita na Quinta do Conde, cuja construção está parada por falta de verba.- -----

----- Várias atividades lúdicas, que podem englobar canto, dança com voluntários/convidados no Parque da Vila.-----

----- 3. Objetivo do projecto -----

----- angariação de fundos para apoio à construção do Lar de Acolhimento;-----

----- -sensibilização para as questões da deficiência. -----

----- 4. Parceiros envolvidos e /ou apoios -----

----- (Indicar os possíveis apoios)-----

----- Câmara Municipal de Sesimbra, Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Cercizimbra, Agrupamento de Escolas da Boa Água, Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, Agrupamento de Escolas Michel Giacometti, Agrupamento de Escolas Navegador Soromenho, Agrupamento de Escolas de Sampaio, patrocinadores. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 5. Faseamento do projecto -----

----- (Apresentar as fases de concretização / avaliação) -----

----- 1ª fase: organização da logística; -----

----- 2ª fase: contactos com artistas e apoios; -----

----- 3ª fase: avaliação do Projeto. -----

----- 6. Avaliação de custos -----

----- (Recursos financeiros previstos) -----

----- A definir oportunamente. -----

----- OBSERVAÇÕES -----

----- O valor global atribuído pela Câmara Municipal de Sesimbra aos Agrupamentos de Escolas indicados reverterá também a favor da Instituição.” -----

----- A Presidente da AMS disse que tal como havia sido perceptível, havia sido deliberado na AMJ, a entrega do valor de 5.000€ para o contributo à construção do lar de Acolhimento das crianças da Cercizimbra na Quinta do Conde. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Nelson Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, felicitou todos os Agrupamentos Escolares, docentes e alunos que dedicavam o seu tempo a este Projeto. Disse que a temática deste ano, “**Direitos e deveres pela igualdade na deficiência**”, mostrara que os alunos do concelho de Sesimbra estavam despertos para uma realidade muito difícil como as questões sociais. -----

----- Felicitou ainda a Cercizimbra por todo o trabalho e dedicação feito com as pessoas portadoras de deficiência no Concelho. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do MSU não poderia deixar de se congratular com mais uma edição da AMJ, com todo o sucesso que tivera, com uma larga participação destas cinco escolas com Projetos concretos, tendo em vista a melhoria da vida dos residentes no Concelho de Sesimbra, particularmente as pessoas com deficiência que tinham sempre o seu lugar na sociedade posto em causa. -----

----- O Deputado valorizou ainda o bonito gesto de fazer reverter os 5.000€ para o Lar de Acolhimento na Quinta do Conde. Disse ainda que a Assembleia Municipal de Jovens decorria e resultava da participação dos agrupamentos de Escolas do Concelho e disse que gostaria que todos os que participavam se lembrassem que hoje era a participação através das escolas e que “amanhã” seria muito agradável que todos, enquanto cidadãos, continuassem a pensar em contribuir de alguma forma de

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

modo a melhorar a vida de quem vivia no concelho. Era bastante importante a participação cívica numa valorização do que era a cidadania. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Presidente da AMS era a grande mentora deste Projeto e que ano após ano tinha sido possível atingir os objetivos propostos, nomeadamente permitir aos jovens ter a experiência ímpar de cidadania com a expectativa de que pudessem levar esta experiência para as suas vidas futuras e que as propostas apresentadas tinham um grande nível de maturidade.-----

----- O Deputado convidou os Professores, alunos e pais a ficar mais um pouco para que percebessem o funcionamento da Assembleia fora do âmbito deste Projeto. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e endereçou uma palavra muito especial ao Senhor Presidente da Câmara, Arquiteto Augusto Pólvora, que atravessava um dos momentos mais difíceis da sua vida. Em seu nome pessoal em nome da Comissão Política da Concelhia do PSD e da Coligação Mais Sesimbra, endereçou ao presidente da CMS, um forte abraço. -----

----- Sobre a questão da Assembleia Municipal de Jovens, disse que tinha sido mais uma excelente AMJ, com grandes Projetos, não podendo ser esquecido que se estava a falar de jovens e que se a Câmara Municipal tivesse possibilidade de executar estes Projetos apresentados ao longo dos anos, o Concelho de Sesimbra seria, certamente, muito mais atrativo. Estes jovens estavam de parabéns mostrando a sua nobreza ao ter doado a verba à Cercizimbra. Para terminar, o Deputado disse que com jovens assim, o Concelho de Sesimbra era um Concelho com futuro. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que a participação dos jovens na discussão de vários temas era muito importante para a cidadania. Disse que o tema deste ano era visto habitualmente por uma maneira paternalista e não de uma forma em que as pessoas com deficiência se sentissem incluídas. Disse que esta vez houvera um olhar mais abrangente e saudou os jovens e as suas propostas relativamente ao tema e a integração das pessoas portadoras de deficiência na sociedade, mais concretamente na comunidade sesimbrense. -----

----- Disse ainda que o BE estaria a apoiar o Projeto da AMJ no próximo ano.-----

----- A **Presidente da AMS** reforçou o agradecimento pela participação dos Agrupamentos de Escolas nas pessoas dos seus Diretores e por consequência também nos Professores que assumiram a responsabilidade de trabalhar com os alunos ao longo do ano. Disse que se tratava de um Projeto de estar perfeitamente imbuído naquilo que era o Projeto Educativo de cada Agrupamento e que fazia parte

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

da vigência da vida da escola. -----

----- Contudo, este Projeto não só existia porque houvesse a vontade determinada e empenhada da Assembleia Municipal mas também pela disponibilidade das Escolas. Qualquer Projeto tinha parcerias importantíssimas que convergiam para o caminho da participação, da consciencialização da sociedade na comunidade e a vivência de participação dos jovens.-----

----- Procurou-se que cada Assembleia de Jovens tivesse uma novidade e interesse diversificado e esta Edição iniciou-se de forma bastante entusiasta com a participação de 5 líderes e respetivos Professores e ainda a AMS no Fórum Mundial da Democracia realizado em novembro, em Estrasburgo. -----

----- Disse que a participação como intervenção na comunidade era fundamental e a participação tinha um sentido crítico, cooperativo e de avanço. A Presidente da AMS propôs a todos os presentes que não poderia ser esquecido que exactamente em junho, algo chamado “Todos ao Parque porque a diferença é valiosa”, seria aprovado pela Assembleia Municipal e deixou o desafio que seria também aprovado e posteriormente apresentado à CMS para que não fosse esquecido que no próximo mês de junho de 2018, se tivesse a tarefa de levar por diante esta proposta que era a realização de uma ação de angariação de fundos para ajudar a finalizar a Instituição de acolhimento de pessoas portadoras de deficiência sito na Quinta do Conde. -----

----- A Presidente da AMS deixou ainda os agradecimentos aos Serviços da Assembleia Municipal que colaborava sempre nesta iniciativa com muito empenho, bem como toda a colaboração da CMS através dos vários setores possibilitando a realização deste Projeto com bastante êxito.-----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade e aclamação**, após a leitura das propostas pelos líderes de bancada das escolas participantes, recomendar à Câmara que considere as Propostas aprovadas na 14ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “Direitos e deveres pela igualdade na deficiência” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2018.-- -----

----- A Presidente da AMS declarou depois aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS”**, tendo sido cedida a palavra ao munícipe Juan López-Lago Romero que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que voltava para insistir relativamente ao elevador da Praça da Califórnia e acessibilidades.-----

----- O munícipe disse que existiam 1.000 famílias afectadas porque este elevador estava fechado ao 7º e 8º andar quando era do interesse do parque de estacionamento e que esta situação se arrastava há 4 anos. Referiu que quando ficara a residir em Sesimbra há 8 anos, o elevador funcionava em todos os

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

andares e havia grandes filas de pessoas. Atualmente, a empresa do estacionamento encerrara o elevador aos dois pisos superiores e quando não tinha público, encerrava o seu funcionamento por completo, o que os obrigava a subir oito andares pelas escadas, inclusivamente com carrinhos de bebé. -

----- Disse que era apaixonado por Sesimbra e que residia na Vila e que os seus quatro filhos e oito netos vinham a Sesimbra sempre que podiam e que o seu interesse era que a Vila de Sesimbra funcionasse mas que a acessibilidade era um problema importante e devia ser resolvido. Pediu que lhe fosse permitido entregar algumas fotocópias de documentação da Câmara Municipal de Sesimbra relativa ao uso do elevador, uma vez que era público. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra cedeu a palavra à **Vice-Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse que era um prazer assistir à exposição dos Projetos no âmbito da Assembleia Municipal de Jovens e felicitou não só o trabalho produzido nesta Edição e nas anteriores mas também a generosidade com que a verba havia sido afetada para o Projeto da Cercizimbra.-----

----- Relativamente à questão do elevador da Praça da Califórnia, a Vice-Presidente passou a palavra ao Vereador Sérgio Marcelino.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse ser de louvar a insistência do Senhor Juan López Romero que estava presente pela segunda vez nesta Assembleia para falar do elevador da Praça da Califórnia. Disse que se tratava de um elevador de dimensões reduzidas que não servia a população e tinha sido dimensionado para fazer as deslocações da parte mais alta da Vila para a Praça da Califórnia e que a CMS estava a desenvolver este Projeto.-----

----- Disse que a estrutura do Elevador da Califórnia já estava instalada e estaria em funcionamento dentro de um mês permitindo que os munícipes se deslocassem para a parte baixa da Vila, uma vez que o elevador antigo teria sido construído pelo condomínio e tido alguns problemas de manutenção, dimensionamento e inclusive de mobilidade, ou seja, uma pessoa com mobilidade reduzida teria dificuldade em movimentar-se naquele elevador, não sendo possível servir a população. -----

----- Foi cedida a palavra à munícipe **Maria de Lurdes Fernandes Rodrigues**, residente em Sesimbra. -

----- Começou por cumprimentar todos os presentes e fez a leitura do seguinte comunicado: -----

----- *“A CMS pretende concretizar um Plano de obras Públicas e Privadas no Largo e na Rua 2 de Abril em Sesimbra.* -----

----- *Para tanto, pretende demolir parcialmente até ao rés-do-chão, o edifício situado no topo norte daquele largo, com o argumento de que existem deficiências estruturais que comprometem a segurança*

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

do mesmo. -----

----- Assim, pretende edificar blocos de edifícios do lado nascente do Largo e na Rua 2 de Abril, afim de realojar os moradores do referido edifício. -----

----- Os edifícios a implementar no Largo 2 de Abril ficarão paralelos, juntos e emparedando os que atualmente existem a poente, na Rua Cândido dos Reis e que têm as traseiras para o referido Largo.-----

----- Por este motivo, atenta a altura que os edifícios a implantar atingem, os edificadados já existentes e os proprietários e residentes, verão de forma irremediável prejudicada a visibilidade exterior, ficando presos dentro de casa. -----

----- Existem mesmo apartamentos em diversos pisos, cuja única janela para o exterior se encontra justamente situada justamente nas traseiras deste edifício. -----

----- Por consequência, a levar por diante esta intenção, os moradores ficam transformados em prisioneiros dentro das suas casas, sem decisão judicial e na escuridão, sem qualquer visibilidade para o exterior, sem serem ouvidos ou sem lhes ser apresentadas soluções alternativas pela CMS.-----

----- As traseiras de ambos os edifícios ficarão a curta distância, facto que prejudicará a privacidade e a visibilidade dos atuais moradores a quem ainda acresce a perda do elevado valor económico, que será superior a 50%.-----

----- Os moradores não foram consultados pela CMS, a mesma que afinal ainda antes tinha licenciado a construção e a utilização, defraudando as suas expectativas legítimas e os direitos constituídos consolidados ao longo de dezenas de anos. -----

----- Pese embora a enorme insistência dos proprietários e residentes afectados, a CMS recusou o diálogo, apresentando a solução como facto consumado, como aconteceu com a reunião da Exma. Senhora Vice-Presidente da CMS. -----

----- O interesse público não é sequer o elemento mais relevante da questão, atendendo que a CMS, aprovou e pretende alcançar decisão definitiva da AM em relação a projetos privados para a zona limítrofe, estes que não serão possíveis sem estas demolições, não acautelando ou protegendo os direitos sociais e económicos das famílias afetadas. -----

----- O interesse público podia e devia ser salvaguardado, requalificando o prédio a demolir, com custos muito inferiores aos que vão ser causados aos particulares. -----

----- O Direito Administrativo é postergado, pois o CPA exige que os particulares afectados por esta situação, sejam ouvidos e atendidas e respondidas as reclamações. -----

----- Já foi apresentada participação ao Ministério Público, podendo seguir-se as demais ações cíveis

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

como o referido na Reclamação entretanto dirigida por escrito, à Assembleia Municipal.” -----

----- A munícipe entregou cópias da leitura aos Deputados presentes.-----

----- A Presidente da MAS informou que ontem tinha sido recepcionada na Assembleia Municipal, documentação relativa a esta matéria, posteriormente enviada à Vice-Presidente a solicitar esclarecimentos sobre a mesma.-----

----- Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que disse que tal como os Deputados sabiam, uma vez que este Projeto era do conhecimento público e havia sido amplamente debatido, quer através da informação passada no Boletim Municipal quer através de outras fontes de divulgação, e resultava da Operação de Recuperação e Regeneração Urbanística que a CMS levaria a cabo através de uma Candidatura ao Portugal 2020 e tinha como principal objectivo, a demolição do denominado Bloco da Mata que apresentava problemas estruturais graves e há vários anos reclamava por um Projeto de intervenção, cujo entendimento passava pelas avaliações da estrutura do próprio edifício pela demolição e construção de um novo edifício que permitisse o realojamento dos moradores, não dos que lá moravam, pois 15 eram proprietários privados, ou seja, os Fundos Comunitários não financiavam habitação privada e para se aproveitar estes Fundos, foi feita uma operação de permuta de fogos entre os proprietários privados residentes no bloco da Mata com edifícios municipais. -----

----- Este processo estava concluído e iria avançar-se para a demolição do edifício e realojamento de inquilinos municipais do futuro edifício a construir. A reclamação dos munícipes referia-se ao facto do novo edifício vir a tapar as vistas e retirar luminosidade e arejamento a algumas frações, nomeadamente às caves e sub-caves. -----

----- A Vice-Presidente da CMS disse que o Edifício da Rua Cândido dos Reis tinha fracções com janelas para a parte da frente e para a parte de trás e algumas tinham apenas para as traseiras.-----

----- O Projeto que a CMS se propunha fazer e que já tinha sido objeto de Candidatura, seria realizado num terreno municipal aberto à construção, situado na Vila de Sesimbra e que respeitava na totalidade as regras ao nível do afastamento do edifício existente situavam-se em termos de proximidade e afastamento das fachadas nos 6 metros e 8 metros respetivamente. Estes valores variavam porque o edifício da Rua Cândido dos Reis era irregular. -----

----- Disse que aquando da reunião com os moradores, estes lhe haviam dito que não tinham quaisquer dúvidas e a única questão colocada era o facto de vir a ter um edifício em frente às suas janelas. Explicou que a rua situada em frente à Praça do Município, perfeitamente consolidada, tinha menos de 6 metros de distância entre as fachadas.-----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que pala além da questão legal, que estava assegurada, e que era uma surpresa quando se falava que a Autarquia estaria a cometer um crime, o direito de vista não era um direito e a questão dos afastamentos era fulcral e estava garantida.-----

----- A intenção e obrigação da Câmara Municipal era fazer em termos urbanísticos e de regeneração e requalificação urbanística, um processo que tivesse continuidade no tempo e que valorizasse a Vila.-----

----- A Vice-Presidente disse que neste momento estavam a entrar processos de obras para toda a outra zona de armazéns conhecidos por “armazéns do Covas” e para os quais já havia promotores imobiliários que se haviam proposto a comprá-los e que a intenção da CMS era que este edifício a ser construído fosse o início de um conjunto de alinhamentos de edifícios com a mesma configuração. -----

----- Esta era a solução urbanística encontrada para aquela área e a proposta inicial do presidente da CMS seria de 5 andares mas seriam construídos apenas 4 de forma a permitir que a luz solar pudesse incidir durante algum período do dia.-----

----- Disse que os moradores haviam sido informados que não ficariam prejudicados em relação ao valor patrimonial das frações pois toda a zona seria valorizada com esta operação urbanística. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que solicitou que a informação solicitada à CMS relativamente a esta matéria fosse depois dada a conhecer aos Deputados e disse ainda que tinha ficado perplexo quando a Vice-Presidente falara dos Projetos da CMS e que a apresentação dos mesmos deveria ter sido apresentada na Atividade Municipal.-----

----- Foi cedida a palavra ao munícipe **José Carlos Dias**, residente na Lagoa de Albufeira, que cumprimentou todos os presentes e disse que se congratulava com algumas verbas recentemente disponibilizadas (cerca de 400.000€) para a Lagoa de Albufeira. Disse que o próprio já lutava por um conjunto de situações há imensos anos e que gostava muito da Lagoa de Albufeira. Disse que tinha algumas dificuldades a nível pessoal, pois tinha um lote com duas frentes e não havia iluminação em nenhum dos lados e que independentemente disso ainda havia falta de limpezas mas o que realmente interessava era a resolução dos muitos problemas nessa zona, nomeadamente na parte aquífera, terrestre e ecológica pois a Lagoa de Albufeira ficara esquecida e desprezada e que Sesimbra não era apenas a Vila.-----

----- A **Vice-Presidente da CMS** disse que a Autarquia agradecia todas as críticas, sugestões e apreciações dos munícipes pois era para eles que a Câmara Municipal trabalhava e que o retorno desse trabalho era valioso. Era sabido por todos das dificuldades existentes nos últimos anos em termos de limpeza devido à falta de pessoal operacional e que neste momento havia concursos abertos para a

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

contratação de assistentes operacionais por forma a garantir maiores níveis de resposta na limpeza urbana. Relativamente à falta de iluminação da via pública, disse que seria do conhecimento dos munícipes que essa responsabilidade cabia à EDP e não à Autarquia, e que poderiam telefonar para a CMS ou diretamente para a EDP, o que seria mais rápido. -----

----- Em relação à questão concreta do aquífero do plano de Água da Lagoa de Albufeira, disse que a CMS não tinha qualquer jurisdição nessa matéria, se bem que gostaria de ter e que no pacote de descentralização para as Autarquias, esta era uma área em discussão e acreditava que, à semelhança de outros, se o pacote financeiro permitisse fazer um trabalho razoável, seria bem-vindo, pois muitas das competências do Poder Central eram melhor exercidas quando estavam ao nível da Administração Local. Tinha de ser visto como essas competências seriam descentralizadas mas de qualquer forma, até agora essa responsabilidade coubera à Administração Central, bem como a abertura da lagoa que todos os anos era feita pela CMS sem que houvesse qualquer obrigação legal ou competência para tal, ao contrário da Lagoa de Óbidos cuja abertura era suportada e realizada pelo Ministério do Ambiente. -----

----- Disse que a Autarquia andava há muito tempo a reivindicar junto da Agência Portuguesa de Ambiente para que fosse da sua responsabilidade, nomeadamente ao nível de desassoreamento da Lagoa de Albufeira porque não bastava abrir pois passados 15 dias ou um mês estava de novo fechada. -

----- Houve um compromisso de fazer isso com os Fundos Comunitários, há dois anos atrás, mas esse dinheiro era apenas para a Agência Portuguesa de Ambiente fazer um estudo de como deveria ser feito esse desassoreamento. -----

----- A Autarquia continuava a assumir a abertura regular, e por várias vezes, da Lagoa de Albufeira. A CMS gostaria de poder ter alguma tutela para ordenar os viveiros e um conjunto de outras circunstâncias em desenvolvimento na Lagoa de Albufeira. Era tentado, dentro daquilo que era a possibilidade da CMS em termos de jurisdição, fazer uma intervenção na margem da lagoa e que seria reconhecido que tinha sido feito um esforço nos últimos anos para que, quer a margem, quer os acessos à praia, pudessem ser melhorados e qualificados tanto ao nível do estacionamento como dos passadiços e equipamentos de praia.-- -----

----- Referiu que todos os anos, a CMS suportava os custos com os nadadores salvadores em áreas não concessionadas, bem como as análises da água e limpeza da areia e resolvera que estavam reunidas as condições para a criação de mais uma zona balnear na Lagoa de Albufeira. Havia sido feito um esforço da Câmara no sentido de melhorar as condições de acesso, de qualidade de sustentabilidade ambiental mas era reconhecido que faltava ainda muita coisa e seria importante que a parte que competia à

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Administração Central pudesse sofrer o mesmo esforço financeiro que a CMS tinha feito. -----

----- A **Presidente da AMS** deu por concluído este ponto e iniciou o **Período de Antes da Ordem do Dia**, composto por três documentos e procedeu à leitura do Voto de Pesar subordinado ao título “Tragédia de Pedrogão Grande - Uma dor imensurável”;------

----- *“No passado fim de semana, o país, e em especial a região centro, despertaram para uma verdadeira tragédia provocada por um incêndio de largas proporções, que se abateu sobre as populações dos concelhos de Pedrogão Grande e, mais recentemente, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, (Distrito de Leiria), Sertã (Distrito de Castelo Branco) e Pampilhosa da Serra (Distrito de Coimbra). -----*

----- *A realidade dos números de vítimas mortais e acidentados eram, e ainda continuam a ser, assustadores pelas imagens de verdadeiro terror e profunda dor espelhada nos familiares, amigos, e nas populações que ainda vivem este pesadelo aterrador. -----*

----- *A grave situação que se viveu de hora a hora tem igualmente assolado dezenas de pessoas e em particular as mais idosas que, por precaução e segurança, foram retiradas de suas casas com todo o sofrimento que esse abandono significa para cada uma delas. -----*

----- *Muitas famílias perderam os haveres sinónimo de uma vida de trabalho e esforço, e o desespero que essa perda acarreta agrava-se com a perda irreparável de amigos e familiares. -----*

----- *Esta autêntica tragédia abateu-se também sobre uma família sesimbrense, que viu a vida de uma jovem de 33 anos terminar na flor da idade, deixando, infelizmente como a tantas outras famílias, uma dor insuportável. -----*

----- *É de destacar a participação sempre empenhada e competente de todas as organizações que combatem o fogo, numa área tão significativa que já consumiu cerca de 26.000 hectares de floresta abrangendo vários municípios. -----*

----- *É de realçar o esforço e dedicação de todos os bombeiros e bombeiras que lutam, muitas vezes colocando em risco a sua integridade física e a própria vida para salvar pessoas e bens. -----*

----- *É de realçar também a solidariedade de muitos homens e mulheres, imbuídos de espírito de franca solidariedade, que colaboram na retaguarda com o seu esforço e entrega. -----*

----- *Estes acontecimentos que os municípios e as suas populações vivem e sofrem, experiências de grande angústia e dor, representam para o país um acontecimento marcante e que a todos deve perturbar e questionar, nomeadamente sobre as causas e condicionalismos destas catástrofes, no sentido também de retirar as possíveis consequências para o futuro. -----*

----- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão ordinária no dia 23 de*

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

junho de 2017, delibera expressar um profundo Voto de Pesar pelas vítimas desta tragédia. -----

----- Dar conhecimento: -----

----- Liga dos Bombeiros Portugueses -----

----- Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra -----

----- Comando Operacional de Proteção Civil -----

----- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) -----

----- Comando Nacional e dos Comandos Distritais de Operações de Socorro -----

----- Guarda Nacional Republicana -----

----- Forças Armadas -----

----- Câmaras e Assembleias Municipais de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Sertã e Pampilhosa da Serra -----

----- Câmara Municipal de Sesimbra -----

----- Juntas e Assembleias de Freguesia de Santiago, Castelo e Quinta do Conde -----

----- Família Sesimbrense Enlutada -----

----- Comunicação Social Local e Regional.” -----

----- Após a votação a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, por **unanimidade**, o Voto de Pesar subordinado ao título **“Tragédia de Pedrógão Grande - Uma dor imensurável”** e guardou um minuto de silêncio em memória das vítimas. -----

----- De seguida, o **Deputado José Guerra** fez a leitura do Voto de Pesar sobre o **Falecimento de Alípio de Freitas**: -----

----- *“Homem de grande firmeza” – assim o cantou Zeca Afonso. E assim era Alípio de Freitas.* -----

----- *Nascido em Vinhais, em 1929, foi padre e foi jornalista, foi português e foi brasileiro e, mais que tudo, foi um lutador de toda uma vida pela liberdade e pela emancipação do povo pobre.* -----

----- *Ordenado padre em 1952, escolheu viver com os mais pobres, primeiro com os camponeses da Serra de Montesinho e depois num subúrbio de São Luís do Maranhão, associando-se aos mais excluídos na criação de uma paróquia, mas também de uma escola e de um posto médico.* -----

----- *Com uma coragem invulgar, enfrentou as oligarquias fundiárias do Nordeste brasileiro defendendo, com risco da sua vida, os camponeses sem terra. Ajudou a fundar as Ligas Camponesas e foi ativista da luta pela terra.* -----

----- *Essa ousadia valeu-lhe um primeiro sequestro por um grupo paramilitar e detenção durante mais de um mês à ordem do Exército. Com o golpe militar de 1964, e já na clandestinidade, criou o Partido*

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Revolucionário dos Trabalhadores. Em maio de 1970 foi preso e sujeito a intensa tortura. O seu comportamento firme e altivo na prisão e na tortura tornou-se lendário. Recusou sempre prestar declarações e só a ampla campanha de solidariedade internacional de que foi alvo – em que se incluiu a canção que lhe dedicou Zeca Afonso, no álbum Com as Minhas Tamanquinhas, e diversas intervenções da diplomacia portuguesa – permitiu preservar a sua vida. Haveria de denunciar os seus torturadores no livro “Resistir é preciso”, publicado após a sua libertação em 1979.-----

----- Após uma passagem por Moçambique, regressou a Portugal, tendo trabalhado na RTP até 1994. Foi coautor de vários programas e membro da respetiva Comissão de Trabalhadores.-----

----- Participou em vários movimentos sociais, nomeadamente o Tribunal Mundial sobre o Iraque e o Fórum Social Mundial. Foi também fundador do Bloco de Esquerda, em 1999, bem como de várias associações cívicas, como a Associação José Afonso e a Casa do Brasil de Lisboa.-----

----- Embora tivesse perdido completamente a visão nos últimos anos, Alípio de Freitas continuava a ser uma presença constante, sempre guiado pela sua companheira Guadalupe, em movimentos de solidariedade internacional ou de mobilização cívica.-----

----- A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, exprime o seu pesar pela morte de Alípio de Freitas e manifesta aos seus familiares e amigos a sua solidariedade.”-----

*----- Após votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, o Voto de Pesar sobre o Falecimento de Alípio de Freitas e guardou um minuto de silêncio em sua memória.-----*

*----- De seguida, a **Presidente da AMS** deu início à discussão do documento seguinte, uma Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda com o Título **“Por uma estratégia de combate à precariedade laboral”**.-----*

----- “Considerando que:-----

----- (I) O combate à precariedade laboral, enquanto política pública, implica que o Estado seja exemplar nesse combate nas suas relações laborais;-----

----- (II) A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, no seu artigo 19.º previu o estabelecimento de uma estratégia nacional de combate à precariedade, limitada no entanto a um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado;-----

----- (III) O artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, desenhou os traços gerais da estratégia nacional de combate à precariedade, estabelecendo o final do primeiro trimestre de 2017 como meta para a apresentação dessa estratégia à Assembleia da

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

República; -----

----- (IV) A Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de Fevereiro viria a definir o Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública; -----

----- (V) A administração local, que havia sido excluída do levantamento previsto no artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, passa a ser abrangida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de Fevereiro, nos termos do respetivo ponto 6 que estabelece que “a Direcção-Geral das Autarquias Locais procede, até 31 de outubro de 2017, a um levantamento junto das autarquias locais sobre todos os casos relativos a postos de trabalho nos termos referidos no n.º 2, por forma que as mesmas possam beneficiar, de acordo com as suas especificidades, dos instrumentos criados no âmbito deste programa”;-----

----- (VI) Entretanto foi publicada a Portaria n.º 150/2017, de 3 de Maio, que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no sector empresarial do Estado;-----

----- (VII) A Portaria n.º 150/2017, de 3 de Maio, não é aplicável às autarquias locais nos termos do respetivo artigo 17.º;-----

----- (VIII) Esta diferença de tratamento entre os trabalhadores da administração central, direta e indireta do Estado e do respetivo sector empresarial relativamente aos trabalhadores da administração local e do sector empresarial local é intolerável, diminuindo os direitos destes últimos, que ficam até à mercê da eventual cessação de funções por eventual impossibilidade de renovação da contratação, ainda que precária;-----

----- (IX) Importa, desde já, proceder ao levantamento dos trabalhadores precários nas autarquias locais, independentemente da respetiva regulamentação e sem prejuízo das respetivas situações poderem desde já ser solucionadas com os instrumentos legais em vigor.-----

----- Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 23 de Junho de 2017, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, delibera: -----

----- (I) Recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra para que proceda ao levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelo Município identificando as situações de precariedade laboral e lançando mão dos mecanismos legais ao seu alcance para contribuir para a sua redução;-----

----- (II) Manifestar ao Governo e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República a sua preocupação com a diferença de tratamento entre os trabalhadores da administração do Estado e do sector empresarial do Estado e os trabalhadores das autarquias locais e do sector empresarial local, tendo

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

em conta dos efeitos nefastos do decurso do tempo na vida dos trabalhadores precários, devendo ser assegurada a integração de todos em condições de igualdade, designadamente quanto ao momento que determina a sua integração;-----

----- (III) *Remeter a presente Recomendação a Suas Excelências o Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças, o Ministro-adjunto, o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público e o Secretário de Estado das Autarquias Locais, bem como aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, e aos Sindicatos que filiem trabalhadores da administração local e das entidades que integrem o respetivo sector empresarial local.*-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que se tinha debatido para que não houvesse PAOD nesta sessão, uma vez que se estava em fase pré-eleitoral. -----

----- Relativamente à Recomendação, disse que quando o partido socialista estivera na Câmara, dera provas de que era contra haver funcionários com titularidade precária e fizera uma reestruturação e concursos e quase conseguira acabar com as questões da precariedade. Disse que não existia nenhuma Câmara ou Organismo que quisesse ter trabalhadores a título precário.-----

----- O Deputado disse que o Grupo Municipal do PS não teria qualquer problema em votar esta Recomendação do Bloco de Esquerda embora parecesse que não fosse necessária a existência desta Recomendação uma vez que a CMS seguramente teria todos os estudos e análises sabendo quais eram os trabalhadores com título precário.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que a questão do combate a precariedade era muito importante para a CDU. Após a leitura da Recomendação, considerara que o mesmo não estaria adaptado à realidade das autarquias locais e que, provavelmente, este documento faria mais sentido se fosse apresentado ao respetivo Ministro da Tutela. No que dizia respeito à redação do texto sujeito a deliberação, o Grupo Municipal da CDU considerara que havia alguns pontos chocavam com a Legislação em vigor mas também com outras questões.-----

----- Relembrou que no final do ano passado, aquando da votação das GOPS e do Orçamento, algumas bancadas tinham votado contra porque não concordavam com o que havia sido proposto pela Autarquia no que dizia respeito a abertura de procedimentos concursais por prever cerca de 41 vagas que seriam para situações de trabalho permanente e por esse motivo a CDU ficara de “pé-atrás” com a apresentação deste documento. Disse que com a actual redação, o vota da CDU não seria favorável mas se o BE quisesse fazer algumas alterações, este documento poderia ser viabilizado. -----

----- O Deputado passou a explicar as alterações pretendidas e propôs ao BE manter o ponto 1 e

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

eventualmente poder trabalhá-lo um pouco mais, eliminar os pontos 2, 3 e 4 e , se assim o entendesse, manter o ponto 5.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o Grupo Municipal do MSU era sensível à questão da precaridade laboral e entendia as preocupações manifestadas mas que, à semelhança do referido pelos outros Deputados, não poderia deixar de tecer algumas considerações no que dizia respeito ao documento.-----

----- Disse ser extremamente irrealista tendo em conta o jogo de competências existente ao nível do Poder Central e das Autarquias Locais e ainda porque algumas questões colocadas eram, por assim dizer, uma preocupação de todos. Disse que se tratava de uma Recomendação irrealista por solicitar que a Câmara fizesse algo que não estava ao seu alcance fazer, por muito que quisesse e por esse motivo deveria ser alterada de forma a tornar-se mais adequada à realidade da CMS. -----

----- No entanto, caso o BE mantivesse o propósito de a submeter à consideração desta Assembleia tal como estava ou mesmo com alterações, o sentido de voto do MSU seria o da abstenção, uma vez que o documento não era o adequado às necessidades e realidades autárquicas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que cumprimentou todos os presentes e disse que este documento não era completo e não podia ser aplicado às Autarquias na sua totalidade. Lembrou o grande *show off* realizado pelo atual Governo com a questão de acabar com os trabalhos precários na Administração Pública, tendo feito uma avaliação de 100.000 trabalhadores mas até ao momento, apenas 17.000 tinham requerido essa avaliação no sentido de poder vir a integrara os quadros da Administração Pública.-----

----- Questionou quantos trabalhadores precários estariam nas Administrações Locais. Disse que este documento tinha o bom-senso de permitir refletir sobre aquilo que eram as boas políticas de emprego para a Administração Pública oferecidas pelo Governo apoiado pelo Bloco de Esquerda e que este mérito do Líder do grupo Municipal do BE teria alguma incongruência pois apoiava o estado mas no lugar próprio, que era a Assembleia da república, não soubera colocar estas questões para que o Governo pudesse desenvolver os mecanismos necessários. -----

----- Disse que com tanto que se falava do trabalho precário na atividade privada, o estado era o pior exemplo que se poderia ter.-----

----- Para terminar, disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com a proposta feita pelo Deputado Alain Monteiro relativamente à alteração do documento e que se tal fosse feito, o voto seria favorável. Se não fosse alterado, o sentido de voto seria o da abstenção. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que não iria intervir sobre o tema por uma razão simples e que este documento tinha sido apresentado pelo BE há muitos dias e era prática desta Assembleia que os Grupos que pretendessem fazer propostas, o fizessem antes para que não se perdesse meia hora a discutir uma matéria que não interessava directamente ao município de Sesimbra.-----

----- Quanto á questão do Governo do PS, disse que iria resolver o problema dos trabalhadores precários, o que daria bastante orgulho ao Grupo Municipal do PS.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que o Deputado José Guerra não sublinhara o que muitas vezes era sublinhado por outros colegas, que era a comunicação de que estaria disponível para acolher opiniões.--

----- Disse não acreditar que não houvesse abertura para tal mas tinha sido esse o procedimento, motivo pelo qual tivesse havido agora contributos de outro modo.-----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Ana Paula Gato** que disse congratular-se pelas preocupações sociais do PSD e que era agradável perceber que havia uma mudança de paradigma no pensamento do Grupo Municipal do PSD.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que a Recomendação havia sido apresentada ao Partido Socialista em dezembro, com o intuito de reduzir ao máximo, o número de trabalhadores precários na administração Central e Local.-----

----- A proposta foi aprovada em Conselho de Ministros a 28 de fevereiro de 2017. No dia 3 de maio, o Governo publicara uma Portaria em que estabelecia o procedimento de avaliação das situações a submeter ao Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na qual ficava de fora a Administração Local e Administração Empresarial do Estado.-----

----- Disse que as Autarquias deveriam fazer com que a redução fosse alargada a estas administrações.

----- O Deputado disse que aceitava que houvesse algum debate relativamente às propostas apresentadas.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que sugeriu que fosse feita uma pausa de cinco minutos por forma a ser possível chegar-se a um consenso quanto a este documento.-----

----- Relativamente ao documento em si, perguntou ao Deputado José Guerra se sabia a razão do BE ter deixado passar a Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio no Parlamento, uma vez que não era aplicável às Autarquias Locais.-----

----- A Presidente da AMS anunciou que os trabalhos seriam interrompidos por cinco minutos.-----

----- Depois de retomados os trabalhos, foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que referiu as

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

alterações feitas à Recomendação apresentada.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Francisco Cordeiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que a questão da precariedade não era de agora e existia desde 2008 devido à complacência dos diversos Governos. Referiu os funcionários públicos que haviam perdido o vínculo de nomeação e tinham passado a ter um vínculo de contrato de trabalho em funções públicas, sem direito a subsídio de desemprego. Disse trata-se de uma situação grave, mais numas Autarquias do que noutras e que seria urgente solucionar e que era para isso que se lutava em termos sindicais e que todos os contributos eram bem-vindos.-----

----- Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que disse que a Autarquia era maioritariamente suportada pela força política da CDU, que sempre combatera a precariedade laboral e que a precariedade laboral se tratava de uma questão “em cima da mesa” há bastante tempo. Disse que trabalho precário era aquele que, obedecendo a um horário de trabalho e a uma chefia direta, não tinha um vínculo contratual efectivo, configurando essa precariedade. -----

----- Referiu que no caso do Município de Sesimbra, se congratulava por neste momento não haver nenhum trabalhador em carácter precário. Disse que havia um conjunto de avenças que não configuravam por ter características diferentes como não ter um horário de trabalho definido, não obedecer a uma chefia e ter uma autonomia de trabalho que poderia ser desenvolvido em casa.-----Esta portaria não se aplicava, neste momento, às Autarquias Locais e disse acreditar que a intenção do Governo seria, primeiramente, fazer a Regulamentação para a Administração Central e para o setor empresarial do Estado e que posteriormente, seria feita a ampliação do conteúdo desta Portaria para a Administração Local.-----

----- Após a votação, a AMS aprovou por **unanimidade**, a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Por uma estratégia de combate à precariedade laboral”. -----

----- Prossequindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando a “**Apreciação da Atividade Municipal**”.-----

----- Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CMS** que disse que lhe poderiam ser colocadas as questões às quais responderia em seguida. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que questionou se o Protocolo celebrado com o Instituto de Gestão Financeira relativamente à construção do Palácio da Justiça poderia ser facultado à Assembleia Municipal.-----

----- Perguntou se já existia alguma resposta relativamente ao antigo Centro de Saúde da Quinta do

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Conde, pois havia sido dito que se aguardava uma resposta do Sr. Secretário de Estado da Saúde em relação à finalidade daquele espaço.-----

----- O Deputado disse que assistira à Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde realizada na semana passada e que havia sido mencionado um Protocolo sobre a construção de um Gimnodesportivo para a Quinta do Conde e que tinha sido endereçado um esboço para a Câmara Municipal há cerca de seis meses e que o mesmo ainda se encontrava no Gabinete Jurídico da CMS. Perguntou se seria normal o Gabinete Jurídico demorar tanto tempo a pronunciar-se sobre um esboço. -----

----- Referiu que a Vice-Presidente tinha dito que os cortes de pinheiros na Quinta do Conde tinham sido efetuados pela empresa “Xavier de Lima” e perguntou se a CMS diligenciara junto desta empresa, a remoção daquilo que não tinha sido levado para venda e que esses restos estariam a criar um foco de um possível incêndio.-----

----- O Deputado falou da questão do lixo na Freguesia de Santiago e frisou que não poderia continuar a haver esta quantidade de lixo junto dos *moloks* e que existia um Regulamento e que a CMS teria de tomar medidas em relação a esta matéria. Referiu ainda o lixo na Rua da Charneca da Cotovia, junto ao Lote 36, na Rua Virgílio Preto, Lotes 883 e 894 e Rua Duarte Pacheco, Lotes 905, 914 e 926, ambas na Quinta do Conde I. -----

----- Disse ao Vereador Sérgio Marcelino que quando ouvira a intervenção do munícipe relativamente ao elevador da Praça da Califórnia, pensara que este dissesse que já tinha intervindo, pois não respondera ao munícipe ao omitir que não havia elevador por ter sido encontrada uma lavandaria no solo. O Deputado perguntou também quanto tempo seria necessário para a CMS enviar o Projeto, à Comissão de Líderes Questionou o porquê da CMS não executar o acordo estabelecido com o “Mar da Califórnia”, que tinha sido a requalificação da Marginal e a instalação de um elevador público. -----

----- O Deputado disse que quando um munícipe fazia um telheiro e este tinha mais 15 cm, aparecia um fiscal para autuar e perguntou onde estava a fiscalização da CMS para estes casos concretos como o elevador.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que começou por falar da situação do Bloco da Mata e disse que após a sua intervenção, se tinha aproximado um munícipe que lhe dissera que o documento havia sido remetido à Senhora Presidente da AMS com um pedido de distribuição a todos os membros e solicitou que esse documento fosse distribuído tão rápido quanto possível. -----

----- Segundo a intervenção da munícipe Maria de Lurdes Rodrigues, ter-lhe-ia parecido que teria sido sugerida uma solução à Câmara e que esta situação era apenas uma há muitos anos e que de um

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

momento para o outro poderia ser alterada em prejuízo de pessoas que haviam vivido assim durante um longo período de tempo. Era sabido que a CMS promovera uma Candidatura a Fundos para algumas obras relacionadas com o Bloco da Mata e se algumas pessoas tivessem razão, o que poderia acontecer se tal fosse reconhecido. -----

----- Era pretendido por todos que esta Candidatura fosse aprovada e trouxesse a possibilidade da vila de Sesimbra resolvesse este problema de longos anos, com a possibilidade ter havido uma negociação favorável entre os moradores e a CMS. Para terminar, disse que se houvesse uma perspetiva de solução, a Câmara tinha toda a conveniência para que fosse tornada realidade, sem grande prejuízo para a Autarquia e sem pôr em causa os direitos dos proprietários mas que não tinha conhecimento de nenhum parecer jurídico nem técnico de arquitectura e que seria essencial para que o processo ficasse claro. -----

----- Sobre o expediente, questionou sobre um pedido de um Deputado da AMS referente a um reembolso de estacionamento por ter ido a uma iniciativa da CMS e perguntou qual o despacho e se tal situação teria algum sentido.-----

----- Perguntou também, por curiosidade, o porquê de ter estado um fotógrafo no início da sessão.---

----- Voltando a falar da Atividade Municipal, o Deputado referiu as obras da fachada da Fortaleza para reparação de rebocos que, segundo constava no Boletim Municipal, estavam dentro do prazo de garantia da obra, mas que iriam ser executadas no período de Verão. As duas fachadas, nascente e poente seriam já intervencionadas mas posteriormente seria realizada também na rua da Fortaleza e perguntou se essa obra teria algum impacto no trânsito e se iria perdurar para além do prazo que era expectável.-----

----- Referiu a questão dos sucessivos cortes/ruturas de água a atingir a zona da Cotovia e perguntou se a situação estava consolidada. -----

----- O Deputado pediu o ponto de situação da obra e das contas do Parque da Maçã, pois falava-se que era grave face ao procedimento adotado para a obra e aos valores comentados. -----

----- Disse ainda que relativamente ao pessoal, o Deputado Alain Monteiro havia referido os votos contra as GOPS mas que certamente não tinha sido o Grupo Municipal do PS, pois embora tivesse votado contra, não tinha sido devido aos concursos de admissão de pessoal. Perguntou ainda, uma vez que havia problemas associados à abertura dos concursos para as 41 vagas, com muitas pessoas a concorrer, qual o ponto da situação e se traria problemas aos candidatos, pois era percebido que já estava a haver problemas para a CMS. -----

----- O Deputado solicitou informação relativamente aos custos da edição deste ano da Feira Festa e referiu o aumento da quantidade de lixo na Cotovia a partir de junho e disse que a Amarsul,

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

aparentemente, mantinha a mesma periodicidade de recolha ou até menos, por se tornar necessário ir a mais locais. Disse que a dívida da CMS à Amarsul estava perfeitamente controlada e não se justificava a falta de reforço na recolha de lixo nos ecopontos. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que as questões a colocar à CMS se prendiam com a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, pois já era final de junho e no final do ano de 2016 tinha sido anunciado um possível acordo com o Ministério da Educação para que a Autarquia se responsabilizasse pela construção da Escola. A CMS contratualizara com uma equipa de arquitetos a feitura/realização do Projeto, que já havia sido realizado e neste momento esperava-se a assinatura do dito acordo com o Ministério da Educação para que as obras fossem efectuadas. Disse que se aproximava o próximo ano letivo e questionou para quando é que a CMS pensava que o Governo assinaria esse mesmo acordo. -----

----- Disse que a questão seguinte se prendia com a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. Referiu que o Ministério da Educação pedira um estudo à CMS sobre a rede escolar e o número de alunos da Quinta do Conde que se deslocavam para fora do Concelho. O Deputado disse que esse estudo tinha sido entregue e perguntou quais as respostas dadas pelo Ministério da Educação após a entrega do mesmo. -----

----- Disse que tinha sido visto com agrado, a assinatura do acordo do Protocolo do Programa para a construção do Centro de Saúde de Sesimbra mas que este acordo por si só, não resolveria os problemas da saúde existentes no Concelho de Sesimbra e lembrou o encerramento do SAP, os horários limitados que o Centro de Saúde tinha para o atendimento ao público, bem como a falta de pessoal e equipamento para prestação de cuidados de saúde adequados. Disse que a construção deste Centro de Saúde por si só, não resolveria este problema, sendo necessário equipá-los com meios técnicos e humanos para que funcionasse em pleno. -----

----- Disse que era uma luta desenvolvida pela CDU ao longo deste mandato com o cesso à saúde para todos os habitantes, quer de Sesimbra, quer da Quinta do Conde e que a resposta por parte do governo não tinha sido a adequada. -----

----- Referiu a divulgação da frase: *“Conseguimos o Centro de Saúde”* em determinadas páginas do *facebook* e disse que de facto tinha sido conseguida a construção do Centro de Saúde, da Fortaleza de Santiago, da Casa da Água do cabo Espichel, do Cabo Espichel e fazer deste Concelho, um Concelho melhor em épocas de crise e de dificuldades financeiras graças a um interlocutor que devido à sua perseverança, capacidade de trabalho e liderança, soube levar este Concelho a bom porto e essa pessoa

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

era Augusto Pólvora. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que o Museu Marítimo de Sesimbra havia recebido uma Menção Honrosa de Melhor Museu Português do ano de 2017 e que esse Prémio era demonstrativo do trabalho realizado pela Autarquia no que dizia respeito à cultura, ao património e ao enriquecimento do Concelho. Disse que a Casa da Água viria enriquecer toda a zona do Cabo Espichel.---

----- O Deputado perguntou quando se realizaria a formalização da aquisição da Ala Norte do Santuário do Cabo Espichel e também quando seria possível aos Quinta-Condenses utilizar o espaço *Fitness*. -----

----- Em relação à época balnear, recentemente iniciada, perguntou o ponto de situação, tendo em consideração as notícias nos últimos dias, relativamente ao aumento de dormidas no primeiro trimestre de 2017.-----

----- Para terminar, pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação das hortas solidárias de Sampaio.

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que se congratulava com a recuperação da Casa da Água mas o certo era que o público não tinha acesso a este espaço. Disse que era uma pena, nomeadamente aos fins-de-semana e durante o período de Verão, visto que se tratava de uma obra de bom aspeto e pela qual se esperara tantos anos para que fosse feita, mas que estava vedada e não se podia entrar nas hortas dos Peregrinos.-----

----- Em relação ao lixo, disse que a informação obtida era de que não tinha havido a substituição normal dos contentores, nomeadamente na zona onde residia, ou seja, a limpeza não era feita no local.

----- Disse que não tinha sido feita a limpeza das bermas na zona da Azoia e que se estava no final de junho, não existiam passeios na zona e as ervas junto às bermas não tinham sido cortadas, o que obrigava as pessoas a caminhar na estrada até ao Cabo Espichel.-----

----- Referiu as casas embargadas em fase de construção a caminho do Cabo Espichel e perguntou se já tinha sido tomada alguma iniciativa por parte da Autarquia com vista à efectiva demolição dessas mesmas casas. -----

----- O Deputado questionou se havia alguma restrição de acesso individual à parte sul do Cabo Espichel, nomeadamente à Praia da Baleeira, pois a informação que tinha era a limitação do acesso a pessoas que fossem individualmente. -----

----- Disse que no Dia Europeu da Rede Natura, tivera a oportunidade de visitar o Observatório de Aves na Lagoa Pequena e que quando o visitante chegava, não lhe era apresentada uma lista das aves mais frequentes na zona.-----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Ana Paula Gato** que disse que a sua intervenção iria no sentido de fazer um contraponto à intervenção do Deputado Rui João Rodrigues e que, obviamente, deveria ser reconhecido o valor de quem o tinha e não se retirava o mérito às lideranças destes Processos nem aos Técnicos mas parecia que todas estas iniciativas tinham nascido agora. Era bom que não se tivesse memória curta e fosse lembrado que neste momento, os investimentos no Castelo não correspondiam ao previsto, passando a ser quase esquecido nas questões culturais quando se tratava de um dos principais monumentos do Concelho. -----

----- A Deputada lembrou ainda que as pegadas de dinossauro no Cabo Espichel eram das mais relevantes a nível nacional e até Europeu e continuavam sem qualquer investimento ou tipo de proteção e que seria importante olhar para esse aspeto. -----

----- Falou depois de uma questão de conforto e de estética e deu os parabéns à CMS pelo investimento feito no calcetamento do pavimento junto à Moagem de Sampaio. Ainda assim, não se percebia o porquê de se estar a festejar os Santos Populares e que existam equipamentos feitos com paus de eucalipto e redes que não seriam de todo adequadas a uma dimensão estética que se queria de qualidade no Concelho, nomeadamente para os visitantes e também para usufruto dos habitantes.-----

----- Disse que lhe parecera mais uma construção dos seus tempos de escuteira do que propriamente de uma Câmara Municipal ou Junta de Freguesia e apelou a que a CMS tivesse algum cuidado com a dimensão estética neste tipo de festejos.-----

----- Relativamente às questões de Proteção Civil, disse que fazia diariamente, por questões profissionais, a estrada para Setúbal e que até chegar ao limite do Concelho de Sesimbra, se lembrava dos incêndios, pois este Verão tinha vindo a ser particularmente quente e não estavam respeitados os limites de vegetação junto à estrada, pois muitas das árvores estavam a tombar sobre a estrada, o mato não estava limpo e deveria pensar-se que as desgraças que aconteciam aos outros poderiam acontecer-nos a nós e deveria insistir-se junto dos proprietários de forma a melhorar esses aspetos. Disse que certamente haveria outras situações destas nos caminhos e estradas do Concelho que convinha ser prevenidas a bem do futuro e da segurança. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que as situações não começavam num determinado ponto e que relativamente às primeiras intervenções de recuperação do Castelo, nomeadamente na Igreja, ter-se-iam iniciado quando a Presidente da Assembleia Municipal, Odete Graça, era Vereadora, significando que tudo tinha continuidade e que aquilo que quisera dizer era que existiam obras que tinham marcado este Mandato e tinham um rosto, nomeadamente o Centro de

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Saúde, o Cabo Espichel, entre outras. Disse ainda que os Vereadores poderiam falar dos investimentos previstos para o Castelo de Sesimbra. -----

----- A Deputada **Ana Paula Gato** interveio e disse que não duvidava dos investimentos previstos e que atualmente tinha 55 anos mas que quando tinha 25, estava prevista a construção do novo Centro de Saúde de Sesimbra e que nessa altura participara em discussões e reuniões.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que a história era uma sucessão de dados que atravessava gerações e envolvia pessoas nesse período.-----

----- Tomou do uso da palavra a **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Narciso**, que cumprimentou todos os presentes e disse que após todas as intervenções, constatara que existia uma grande preocupação, não só com a parte turística mas também com a recuperação de monumentos e salientou o excelente trabalho desenvolvido pela CMS nestes últimos 3 anos a nível dos serviços educativos e que apesar de se viver de memórias, o futuro estava nas crianças. Felicitou as iniciativas a nível do Museu do Mar e das experiências realizadas no Castelo, pois era uma oferta exemplar ao nível da Educação. Disse que aquando da última reunião do Conselho Municipal da Educação, com a presença da representante do Ministério da Educação, a Câmara Municipal tinha sido distinguida em várias vertentes pelas boas práticas a nível da Educação como o EPIS, o *Kit do Mar* e outros Projetos que muitas vezes eram esquecidos e tinha de ser lembrada a parte da Educação trabalhada em mandatos anteriores, de outras cores políticas mas que haviam tido uma grande evolução com o trabalho desenvolvido pela Vereadora da Educação.-----

----- Felicitou ainda a Vereadora Felícia Costa por deixar que os Santos Populares continuassem a ser feitos como sempre haviam sido, com varas de eucalipto e com alecrim.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que questionou a Vice-Presidente da CMS sobre o ponto de situação do Programa de pavimentações no Concelho e expressou ainda a preocupação feita na intervenção da munícipe relativamente à obra de requalificação do Bloco da Mata e manifestou o desejo de ter mais informação escrita sobre a petição entregue na CMS e toda a documentação referente a esse Processo.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que tinha sido referido, e muito bem, o Museu do Mar mas que a CMS tinha recebido mais Menções Honrosas, como no Fórum Nacional do Álcool e da Saúde com o Projeto "*Escolhe o teu caminho*", para comportamentos de risco em escolas do 1º ciclo, desenvolvido pelo Pelouro da Saúde e não havia sido mencionado, sendo bastante importante, uma vez que abrangia centenas de crianças. Quanto aos Santos Populares, elogiou as varas

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de eucalipto mas referiu a presença de quiosques a vender pipocas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que solicitou informação referente à influência da CMS, através do Conselho Municipal da Educação, para a oferta formativa das escolas públicas no Conselho. Referiu que existia uma Escola Profissional no Concelho e que constantemente, ano após ano, sofria o boicote de um Diretor de Escola Pública. Disse que seria bom se pudesse ser feito algo nesse sentido no Conselho Municipal de Educação, pois se fosse considerado que estava cá a mais, conforme a Escola Profissional tinha vindo, também iria embora. -----

----- A **Presidente da AMS** respondeu a três das várias questões colocadas. A primeira dizia respeito à questão sobre a documentação da reclamação, que tinha sido recebida na Assembleia e que tal como era prática, sempre que aparecia um documento, a atitude imediata da própria era a solicitação de esclarecimento à Câmara Municipal para que, posteriormente, pudesse ser enviada aos respetivos Deputados já com os acréscimos da explicação sobre a matéria. Disse que, apesar de ter sido enviada para a Vice-Presidente da CMS, não havia qualquer inconveniente em ser enviada a todos os Deputados na Segunda-feira. -----

----- Relativamente à questão do valor da senha de estacionamento apresentada por um Deputado da AMS, disse que era referente ao estacionamento da sua viatura num lugar em que não houvera a possibilidade de fazer a aquisição da respetiva senha devido ao não funcionamento do aparelho, tendo sido imediatamente multado e apresentado essa multa à Assembleia Municipal, questão que por sua vez foi dirigida à Vice-Presidente. -----

----- Sobre a questão da presença de um fotógrafo na sessão, disse que o único fotógrafo disponível na CMS era o Deputado Rui João Rodrigues, razão pela qual, sempre que era solicitada reportagem fotográfica ao Serviço de Informação para inclusão no Boletim da Assembleia e no relatório final a apresentar em Setembro, houvera a necessidade de se contratar outra pessoa, devido à inexistência de Técnicos disponíveis que já o haviam feito nesta Assembleia mas que desta vez não teriam estado disponíveis. -----

----- Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que começou por secundar o que tinha sido dito pelo Deputado Manuel José Pereira e congratulou-se pelo atual Executivo, apesar das dificuldades financeiras sentidas e da conjuntura, ter recebido várias Menções Honrosas e reconhecimentos pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo dos anos. -----

----- Em relação ao Protocolo para a construção do Tribunal, disse que, tal como dissera na última Assembleia, tinha sido objeto de resposta e negociações entre a CMS e o Instituto de Gestão Financeira e

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

aprovado na última reunião de Câmara e que estava marcada uma reunião com o Presidente do Instituto de Gestão Financeira para a próxima semana não apenas para a sua assinatura mas também para saber quel o Programa que o Ministério da Justiça queria implementar. Disse que hoje já ouvira falar de Palácio de Justiça mas que seria um Tribunal e que havia uma diferença substantiva pois um Palácio de Justiça era um equipamento maior com espaço para vários serviços adjacentes e que esta questão seria clarificada na próxima reunião.-----

----- Era sabido que a CMS ficara encarregue de executar o Projeto e fazer a fiscalização da obra mas a mesma seria lançada pelo Ministério da Justiça, por isso ser necessário acautelar-se o pretendido em termos temporais relativamente à construção deste equipamento.-----

----- Relativamente ao antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde, não tinha sido obtida nenhuma resposta e a situação estava no mesmo ponto da última sessão, apesar das tentativas da Câmara junto do Ministério da Saúde para clarificar o pretendido em relação ao Centro de Saúde, se seria feita a ampliação ou requalificação das instalações para criar uma Unidade de Apoio de Saúde aos Quinta-Condenses.-----

----- Sobre o Protocolo do Gimnodesportivo da Quinta do Conde, disse que se encontrava no Gabinete Jurídico da Autarquia e seria mais urgente quando o mesmo estivesse construído para acerto da forma de gestão. Disse que pediria ao Gabinete Jurídico para dar alguma celeridade a este Protocolo.-----

----- E relação ao corte dos pinheiros, disse que a informação que tinha era já tinha si pedido à empresa António Xavier de Lima para proceder à remoção das ramas e raízes e sobre o lixo junto aos *moloks*, disse que partilhava da opinião dos Deputados e que ninguém gostava de ver a Marginal como estava. Disse que esta situação fazia parte da consciência cívica de todos os empresários e parceiros económicos da CMS. Referiu que a CMS tinha um grupo informal no qual participava, denominado TuriFórum, onde estavam presentes praticamente quase todos os agentes económicos ligados à área da restauração e hotelaria e que se tratava de uma matéria sistematicamente falada mas que era difícil provar de quem era o lixo indevidamente depositado, a não ser que houvesse permanentemente um fiscal junto a cada *molok*. Disse que neste momento, a fiscalização municipal era um grave problema devido a vários motivos que não passavam pela inoperância ou por desleixo da CMS porque a carreira de fiscal não estava regulamentada pelo Governo, significando que para ser fiscal, seria necessário fazer cursos caros que abriam apenas uma vez por ano e que não eram feitos na proximidade. A CMS, inclusivamente, já havia pago cursos a funcionários da Câmara para fazer essa formação na área da fiscalidade. Alguns não queriam fazer e a Autarquia cedera uma viatura para que o acesso à formação

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pudesse ser mais fácil. -----

----- Referiu que o concurso aberto há cerca de um ano para fiscais não tivera quaisquer candidatos e que neste momento, os problemas ao nível da fiscalização prendiam-se por esse motivo, pois era uma carreira pouco aliciante, mal paga, não estava regulamentada e pouco apetecível para a maior parte das pessoas. Tratava-se de um assunto sério com necessidade de ser devidamente ponderado mas que passava pelo reforço ao nível do pessoal nesta área. -----

----- Relativamente ao Projeto do Mar da Califórnia, referiu que a informação seria enviada à Assembleia Municipal e disse ao Deputado Manuel José Pereira, em relação ao perigo que a Candidatura poderia ter sobre uma eventual decisão negativa do Tribunal, que não era jurista, urbanista nem arquiteta. No entanto, todo este procedimento havia sido acompanhado pelos Gabinetes Jurídico, de Arquitetura e de Projetos Municipais e de acordo com os pareceres técnicos de cada um desses Departamentos, este Projeto cumpria os limites legais em termos jurídicos e urbanísticos do que poderia ou não ser construído e fazia parte do papel discricionário da CMS definir como seria feito o alinhamento dos edifícios desde que cumprisse as normas urbanísticas. Estavam a ser cumpridas com todo o rigor e a Autarquia tinha todo o direito de construir um edifício à frente de outro desde que todos os procedimentos legais e urbanísticos estivessem satisfeitos. -----

----- Salientou que não lhe parecia que o Tribunal desse razão a uma queixa que não tinha bases que a sustentassem. -----

----- Relativamente às obras na fachada da Fortaleza, disse que tinha sido feita uma obra no reboco que trouxera problemas por um motivo concreto. Inicialmente, quando a CMS adjudicara aquela obra a uma empresa com um currículo na área da restauração de monumentos, a solução de metodologia de intervenção feita pela Câmara era uma e a empresa propusera outra solução que a Autarquia não aceitara. No entanto, a Direção Geral de Património, que tutelava e supervisionava todas as intervenções feitas em monumentos, concordara com a solução apresentada pelo empreiteiro da obra. Perante esta imposição, a Autarquia acabara por concordar com a proposta. -----

----- Foi perceptível que esta solução não tinha sido a preconizada e com base nisso, a CMS tinha vindo ao longo destes últimos anos, a pressionar o empreiteiro a que fizesse a reparação dos rebocos, considerando que o defeito da obra não poderia ser imputado à Câmara Municipal, uma vez que o Projeto e Concurso havia sido para uma solução bem diferente da aplicada. -----

----- O Empreiteiro alegara que a CMS concordara com a solução apresentada, o que apenas acontecera devido à Direção Geral de Património dizer que seria a melhor solução. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A CMS tinha andado neste impasse com o empreiteiro da obra durante os últimos anos e numa reunião realizada há cerca de 15 dias, concluíra-se que o empreiteiro realizaria as obras com a solução inicialmente preconizada pela Autarquia com a adjudicação de uma pintura final das fachadas. -----

----- Considerando que o prazo de garantia estava a terminar, foi iniciada a obra nos dois topos da Fortaleza. A obra teria a duração de 3 meses com a suspensão no mês de agosto devido à pressão de trânsito e pessoas na rua da Fortaleza A obra seria retomada no mês de Setembro para terminar a fachada frontal. -----

----- Sobre os cortes/ruturas de água na Cotovia, disse que tinha vindo a ser uma situação desagradável e difícil para os moradores bem como para os serviços da Câmara. A rede de distribuição da água estava velha e muitas vezes quando havia ruturas e eram reparadas, a pressão da água fazia com que rompesse noutra local. A Vice-Presidente disse que gostaria de garantir que não haveria mais ruturas mas provavelmente voltaria a acontecer. Era intenção da Câmara substituir a rede de águas na íntegra por forma a evitar estas situações. -----

----- Relativamente às obras e procedimentos no Parque da Maçã, disse que tinha vindo a ser um assunto bastante debatido, nomeadamente nas sessões de Câmara, com a assertividade da Vereadora Cláudia Mata com a colocação das suas preocupações. Disse que todo o procedimento realizado tinha sido feito com pessoal da Câmara, ou seja, todo o trabalho de execução tinha sido feito com administração direta da Autarquia. Disse que havia alguns ajustes diretos correspondentes a 140.000€ para infra-estruturas eléctricas e postos de transformação, como 60.000€ para o *skate-park*, 40.000€ para o parque infantil, 30.000 para o campo *work-out*, o campo de futebol foi requalificado pela Junta de Freguesia. Todos estes ajustes diretos se encontravam enquadrados na Lei. -----

----- Disse que na última reunião de Câmara havia informado a Vereadora Cláudia Mata que enquanto Vereadora, tinha acesso aos documentos e que estes se encontravam à disposição para os poder consultar quando quisesse. -----

----- Em relação ao ponto de situação e problemas sobre os Concursos da CMS, disse que havia sido aprovada e estava prevista a abertura de 48 novos postos de trabalho, nomeadamente ao nível de pessoal operacional. A partir da altura em que o orçamento estava aprovado, com a possibilidade legal e jurídica de avançar com a abertura destes concursos, não fazia sentido que não fosse feito, uma vez que o pessoal operacional fazia falta para o período de maior pressão sobre o Concelho, que era a época estival. -----

----- Fora entendimento do Executivo avançar com a abertura destes Concursos e houve 5.000 candidatos a estas vagas, significando que o mercado de trabalho não estava tão bem quanto isso.

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Perante o elevado número de candidaturas que a CMS não tivera a noção que poderia vir a ocorrer, foi necessário encerrar temporariamente o serviço de expediente para tratar das candidaturas, ficando cada serviço, até porque estes tinham a capacidade técnica para o fazer, responsável pelo expediente da sua unidade orgânica. -----

----- Neste momento a situação estava resolvida, se bem que existia uma maior carga sobre os Recursos Humanos mas previa-se que os concursos estariam encerrados até ao final do ano, sobretudo os referentes aos assistentes operacionais por forma a ser contratados sem vínculo prescário para garantia de um melhor funcionamento dos serviços da Autarquia.-----

----- A Vice-Presidente disse que uma das diligências feitas pelo município de Sesimbra junto da Amarsul havia sido o reforço dos percursos e que nos últimos dias houvera uma greve deste serviço, tendo havido problemas com a recolha do lixo mas que atualmente, a situação estava regularizada. Independentemente da greve que potenciara o agravamento da recolha, a Câmara Municipal reconheceu que a Amarsul deveria estar mais receptiva ao reforço dos percursos devido à grande procura turística e aumento da população nestes meses.-----

----- Relativamente ao início das obras na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que não sabia para quando estava previsto e que tal como a Deputada Ana Paula Gato dissera, seria bom fazer uma viagem diacrónica para perceber como as situações haviam chegado aos pontos atuais. Disse que em novembro de 2016, tal como informara nesta Assembleia Municipal, havia sido contactada pelo Gabinete da Senhora Secretária de Estado da Educação para a marcação de uma reunião na qual também estiveram presentes a Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra e a Diretora do Agrupamento Navegador Rodrigues Soromenho onde tinha sido transmitido pela Senhora Secretária de Estado que havia urgência na requalificação desta escola e contava com a colaboração da CMS como parceira para a resolução deste problema e a parceria proposta havia sido a Câmara lançar o Concurso, fazer o Projeto e fiscalização da obra. -----

----- A Vice-Presidente da CMS informou a Secretária de Estado da Educação que apesar de ser uma competência da Administração Central, a Câmara Municipal de Sesimbra nunca se recusara em ser parceira para resolver os problemas dos seus municípios. O prazo dado para a realização do Projeto havia sido o dia 15 de janeiro. Com base nesta data, a Autarquia elaborou um pré-projeto para apresentar. Esta situação coincidia com o facto do Gabinete de Projeto estar assoberbado de trabalho e não ser possível fazer um Projeto internamente, tendo sido contactado um *atelier* de arquitectura externo à Câmara no sentido de dar cumprimento ao prazo apertado que tinha sido colocado. A Diretora do Agrupamento

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

cedeu o Programa (o mesmo entregue no Ministério da Educação), onde estavam incluídas salas de aula, laboratórios e ginásio. Quando a CMS estava pronta para entregar a adjudicação ao *atelier*, deu-se o constrangimento do Estado a informar que os municípios não poderiam aumentar o valor das aquisições em relação ao ano passado. A CMS fora confrontada que tal não seria possível pois significaria um aumento de prestações de serviços em relação ao que tinha sido feito em 2016 e que só se poderia realizar com a declaração de excecionalidade desta despesa.-----

----- Depois de todos os trâmites desenvolvidos pela Autarquia, a Vice-Presidente tinha vindo a contactar o Gabinete da DGEstE a questionar para quando o avanço do processo e a informação recebida era tudo menos tranquilizadora. A última informação prestada foi dada por um assessor da Secretária de Estado que disse que tudo o que era possível tinha sido feito pela Secretária de Estado e que agora tudo dependeria do Ministério das Finanças e não poderia garantir que o Ministro das Finanças aprovasse o Projeto.-----

----- A Vice-Presidente disse que esta situação seria, no mínimo, inquietante pois em novembro tinha sido dada pressa e o valor já não seria o estabelecido e que provavelmente, agora, já nem seriam dados os 3 milhões de euros para a concretização da obra. O arquiteto do Projeto estivera com a Diretora do Agrupamento numa reunião na GDEstE, na qual a Vice-Presidente não pudera estar presente por motivos pessoais, onde havia sido dito por uma arquitecta da DGEstE, que homologaria o Programa, que dois laboratórios seriam insuficientes e deveriam ser quatro. Primeiro, houvera uma redução do valor, atualmente não se sabia se haveria dinheiro. Foi solicitada uma reunião com carácter de urgência à DGEstE para discussão do Programa. A grande preocupação da Autarquia prendia-se com a demora da Portaria na qual o Ministro das Finanças autorizaria o Ministério da Educação a fazer esta despesa. -----

----- Disse que não havia qualquer informação relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde.

----- Sobre a aquisição da Ala Norte do Santuário do Cabo Espichel, disse que teria um custo de 321.000€, com o compromisso, por parte da CMS, de recuperar a Ala Sul. Foi concluído, juntamente com o Gabinete Jurídico da Autarquia, que esta situação teria de ir a visto do Tribunal de Contas, ou seja, seria adquirido ao Estado, um edifício que só pelo seu valor não teria de ir a visto do Tribunal de Contas mas que haveria o compromisso de recuperar a Ala Sul, que não seria propriedade da Autarquia, cujo custo rondaria cerca de 1 milhão de euros. Para ir a Tribunal de Contas a CMS teria de deliberar, trazer à Assembleia Municipal para autorizar este procedimento e, posteriormente, remeter ao Tribunal de Contas. Só após este procedimento é que a Ala Norte poderia ser adquirida. -----

----- A Vice-Presidente disse que a preparação da época balnear decorrera sem acidentes embora

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

tivesse havido alguns problemas referentes à contratação de nadadores-salvadores que atualmente estavam completamente sanados. Disse que a CMS tinha duas praias acessíveis, a Praia do Ouro e a Praia do Moinho de Baixo e candidatara ainda a praia do interior da Lagoa havendo todas as condições para ser uma época balnear de qualidade, do agrado dos Sesimbrenses e visitantes.-----

----- Relativamente as hortas solidárias, disse que se estava na fase de preparação do terreno e que à semelhança daquilo que acontecera nas hortas da Quinta do Conde, teria de ser elaborado um Regulamento.-----

----- Sobre a Casa da Água, a Vice-Presidente disse que gostaria que estivesse aberta mas que não estava devido à falta de condições de recursos humanos mas que seria aberta a partir de julho, uma vez que seria instalado o Posto de Turismo e os funcionários garantiriam a sua abertura e fecho.-----

----- Era intenção da Autarquia arranjar outra solução que não dependesse do Posto de Turismo após o Verão, sobretudo durante os fins-de-semana. Referiu ainda que a CMS tinha uma Candidatura de cerca de 800.000€ para o Cabo Espichel e que não era intenção da Câmara fazer ela própria as obras de recuperação em ambas as Alas e aproveitaria o dinheiro da Candidatura (400.000€ da CMS e 400.000€ a fundo perdido) para fazer uma intervenção na Casa da Mãe D'Água de modo a melhorara todas as questões de acessibilidade no perímetro deste espaço, fazer uma requalificação no aqueduto e criar um Posto de Turismo que não fosse móvel.-----

----- Salientou que as verbas do Portugal 2020 não eram iguais às do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), ou seja, no QREN, os Projetos entravam na CCDR e podiam ser aprovados ou não, de acordo com o grau de maturidade ou conforme já tivessem entrado outros Projetos e que neste momento as verbas estavam negociadas na Área Metropolitana de Lisboa, município a município. Estes Projetos a que a CMS se estava a candidatar seriam todos aprovados, a não ser que estivessem mal instruídos ou não cumprissem o Regulamento da abertura do Concurso.-----

----- A Vice-Presidente disse que iria informar-se da situação da não substituição de contentores do lixo.-----

----- Em relação à limpeza das bermas da estrada para a Azoia disse que a CMS tinha uma colaboração bastante boa com a Junta de Freguesia do Castelo e que na sequência do Protocolo de descentralização de competências feito com as Juntas de Freguesia, havia um trabalho conjugado com a Autarquia e que a informação disponibilizada era que a desmatção já teria tido início.-----

----- Foi cedida a palavra ao **representante do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, João André Ribeiro** que disse que o corte e limpeza das bermas estavam a ser realizados na rua da escola da

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Azoia, ao contrário daquilo que era realizado nos outros anos, em que se começava na rotunda dos Rotários na Corredoura. O corte começara a ser feito por uma equipa de pessoal da Junta de Freguesia no Zambujal a caminho da Azoia e havia outra equipa a fazer o sentido contrário e que neste momento estava na rua da escola. O ideal seria a ajuda do trator, que estava incluído no acordo com a CMS, que infelizmente tivera uma avaria mecânica e que tinha sido solicitada alguma urgência para a resolução desta avaria. A realização do corte apenas com meios humanos sob temperaturas de 40 graus, tornava-se difícil de efetuar, o que não invalidava que as ruas no sentido Azoia-Zambujal fossem tratadas.-----

----- A **Vice-Presidente da CMS** continuou a sua intervenção e disse que não tinha sido feita mais nenhuma diligência por parte da Autarquia em relação à demolição das casas nos terrenos do Xavier de Lima no Cabo Espichel. Relativamente ao acesso limitado à Praia da Baleeira, disse não ter conhecimento.

----- Sobre a questão da deputada Ana Paula Gato sobre o esquecimento do castelo ao nível das questões culturais, disse que não era usado como palco privilegiado para as ações culturais, exceto em alguns momentos no âmbito da Temporada de Ópera no Cabo Espichel que tinha como palcos preferenciais as Igrejas do Cabo Espichel e do Castelo, uma atividade cultural que dignificava o Castelo e trazia muitos visitantes ao Concelho de Sesimbra. Era privilegiado outros espaços, nomeadamente o Cineteatro João Mota, a Fortaleza de Sesimbra o anfiteatro da Boa Água e o Parque da Vila. O facto do Castelo não ter vindo a ter muita atividade cultural não significava que estivesse a ser negligenciado nem deixado ao abandono, pois estava integrado numa Candidatura que já tinha sido entregue, cujas obras, que deveriam ser da responsabilidade da Administração Central, iriam ter início em breve, no sentido de consolidar a muralha, requalificação dos sanitários e obras nos acessos num valor estimado de 150.000€.

----- Disse ainda que, no âmbito de outra Candidatura, seria feita a transformação da iluminação do Castelo, tornando-a muito mais apelativa. Estava a ser feita a desmatção à volta das muralhas não só por esta razão mas também por uma questão de segurança. -----

----- Estava também tratado com a equipa da empresa de multimédia que fizera o Projeto do Museu do Mar, que por sua vez havia ganho uma Menção Honrosa do Melhor Museu de Portugal e dois Primeiros Prémios (um para os Serviços Educativos e o outro para a parte Multimédia), para desenvolver um Projeto a realizar após esta intervenção de obras e que consistia na recriação, numa das torres, da vivência de um dia no Castelo quando este era o centro a nível habitacional e populacional da Vila de Sesimbra. -----

----- A Vice-Presidente informou que, apesar desta ausência tão notada pela Deputada, o Castelo teria cerca de 1.000 visitantes por dia. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que não percebera a preocupação da Deputada Ana Paula Gato em relação às Pegadas dos Dinossauros dos Lagosteiros e que se tratava de uma área de Parque Natural e que deveria ser o mesmo a fazer a preservação das pegadas, bem como a sua referenciação e colocação de informação. Toda a parte de preservação e colocação de painéis identificativos era realizada pela Autarquia. Por outro lado, foi feito num outro núcleo de Pegadas, de mais fácil visualização, a musealização da Pedreira do Avelino, que há alguns anos atrás era um local cheio de lixo, ervas, entulho e restos de mármore. A CMS pagara uma renda ao proprietário por se tratar de um espaço privado, motivo pelo qual o acesso não era permitido e que ainda assim, era um dos locais mais frequentados em termos de paleontologia. -----

----- Referiu que o arraial da Moagem de Sampaio não era da responsabilidade da Autarquia e que a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago explicara que esta era a forma tradicional de enfeitar os arraiais e que pela primeira vez, uma Escola de Samba tinha pedido à CMS para a sua realização nessas instalações e que no final dos Santos Populares seria avaliado se esta ocupação teria resultado e que a CMS teria tido o cuidado de definir algumas regras como ter de ser colocado na parte lateral por forma a não ocupar o lado da frente devido à realização de várias iniciativas nesse espaço. -----

----- A Vice-Presidente referiu que lhe era transmitido de que estava a ser um sucesso e que, à semelhança do que era feito em outros locais do Concelho, tratava-se de um investimento e decoração ao cargo do Movimento Associativo. -----

----- A Vice-Presidente disse que todos os anos a CMS reunia com a DGEstE e Agrupamentos de Escolas para definir a oferta educativa para cada território e que a oferta prestada pela Escola Profissional Agostinho Roseta era fulcral e esta escola era considerada pela Câmara como um dos parceiros estratégicos. -----

----- Disse que um Agrupamento que tinha um determinado corpo docente para um determinado curso e começava a perceber que esses cursos tinham concorrência numa outra escola colocando em perigo o corpo docente, pois sem alunos as turmas não seriam formadas. Disse que algumas escolas não viam com bons olhos a competição e que a Escola Agostinho Roseta continuaria a ter alunos para frequentar o curso de turismo, uma vez que esta escola tinha cursos de qualidade e boas condições físicas que provavelmente a Escola Secundária de Sampaio não teria. -----

----- Relativamente à Feira Festa, a Vice-Presidente disse que este ano tinha havido um reforço da verba atribuída pela Autarquia à Comissão de Festas numa tentativa de haver condições financeiras para uma programação mais mediática e de melhor qualidade que trouxesse mais visitantes ao Concelho de Sesimbra por forma a tornar a Feira Festa mais interessante. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Provavelmente poderia haver opiniões de que o aumento da verba não teria trazido mais qualidade mas a verdade era que este ano tinha havido mais público, mais adesão e participação. Disse que poderia fazer chegar as contas finais da Feira Festa aos Deputados da AMS.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador Francisco Luís** que disse que a Deputada Ana Paula Gato certamente conheceria os esforços feitos pelos serviços da CMS no sentido de notificar os proprietários de terrenos que necessitavam de alguma limpeza corte de árvores no sentido de os sensibilizar para essa tarefa. Disse que fazia intenções de fazer chegar o relatório à Assembleia Municipal por forma a dar a perceber o número de notificações feitas por freguesia e tipo de identificação de problema e ainda o resultado obtido com essas notificações. Disse preferir fazer essa sensibilização do que ameaçar os proprietários com coimas caso não cumprissem a Lei. -----

----- Para terminar, disse que na última Assembleia Municipal tinha estado presente um munícipe que questionara o Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios e que, a propósito de algumas notícias trágicas da última semana, o Vereador afirmou reconhecer que a maior parte dos municípios não teria este Plano em vigor. Disse que a Autarquia de Sesimbra tinha este Plano em vigor e estava a cumprir a Lei e havia a preocupação desse mesmo Plano ser efetivo e pudesse contribuir para que o Concelho de Sesimbra fosse mais seguro.-----

----- Entendia que colocasse problemas a alguns munícipes, eventualmente a alguns Projetos como havia sido o caso deste munícipe que viera relatar a sua situação pessoal mas era um facto que Sesimbra tinha esse Plano aprovado, estava a cumprir a Lei e preocupava-se com a questão da segurança e dos incêndios.-----

----- Para terminar, o vereador disse que havia outras situações que preocupavam a CMS e estavam relacionadas com o saneamento de algumas raízes, nomeadamente de alguns pinheiros mansos que estando em terrenos particulares, afetavam a rede viária.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que a CMS costumava editar uma revista chamada “Sesimbra Município” e que na edição do mês passado, estavam descritos todos os investimentos, alguns deles já em execução. O pretendido no Castelo e na sua área envolvente seria a requalificação dos acessos e a construção de uma rede de águas abastecida pela rede municipal, uma vez que esse abastecimento era feito através de uma cisterna. Disse que seria colocado um posto de transformação por forma a permitir todo o tipo de eventos, pois neste momento era necessário o recurso a geradores aquando da realização de eventos, o que causava alguns constrangimentos como barulho, gasóleo e movimentação de algumas viaturas pesadas. -----

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que existia uma forte motivação do município para requalificar e tornar o castelo ainda mais visitável. Vai ainda ser feita a desmatção de uma faixa de seis metros não só por motivos de segurança mas também porque a mesma estava a degradar as muralhas. O que permitiria que fosse colocada uma rede de iluminação decorativa.-----

----- Relativamente ao espaço *Fitness*, bem como tudo aquilo a que estava associado associado, estivera exposto na Feira Festa, nomeadamente no espaço da Câmara Municipal e tratava-se de uma iniciativa conjunta da CMS com a Junta de Freguesia para um espaço de exercício de rua. Disse que quando a Junta de Freguesia lançara este desafio à CMS, este espaço junto à rotunda a Avenida de Negreiros estava abandonado e a Autarquia avançou com um Projeto de requalificação e ainda a criação de um circuito a terminar no Cabeço do Melão.-----

----- Em relação às pavimentações, disse que a CMS tinha lançado as empreitadas Venda Nova-Cotovia, Corredoura-Pinhal de Cima e Aiana-Sampaio, Pedreiras e Cotovia e que neste momento estava em execução Alfarim – Caixas. Ainda por lançar estava o Zambujal, Casal-do-Sapo e a zona Poente de Sesimbra.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que se havia falado na construção do Palácio da Justiça, teria sido porque assim estava referido na Reunião de Câmara. Tendo em consideração o adiantar da hora, o Deputado disse que compreendia o facto de o Vereador não ter respondido à questão do elevador mas que esperava que este assunto não ficasse “na gaveta” e que um dia fosse explicado.-----

----- Em relação à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que não poderia ser esquecido aquilo que acontecera há pouco tempo com o “Parque Escolar” e que tinham pago, tendo sido uma festa para alguns, exceto para as freguesias da Quinta do Conde e de Santiago. Disse ao Coordenador da Comissão “Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos” que já sabia o resultado da situação e em relação à Escola Secundária da Quinta do Conde, ficaria na “gaveta”.-----

----- Disse que o facto de não aparecerem fiscais, não poderia ser a justificação para a Vila de Sesimbra, a par da Freguesia do Castelo e da Quinta do Conde, ter o problema do lixo. Estava a falar-se de Santiago e não poderia ser dada a desculpa de se ter aberto concursos e não ter aparecido candidatos. O Deputado disse que não era fiscal e disponibilizava-se para passar uma tarde junto aos *moloks*. Disse que era necessário agir e fazer cumprir os Regulamentos Municipais.-----

----- Para terminar, relativamente à Feira Festa, disse que teria visto nas redes sociais, que a CMS teria dado 75.000€ para a Feira Festa para um conjunto de iniciativas. Disse que tinha sido uma boa festa e que

Ata nº40 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

há um ano atrás tinha dito que a Feira Festa deveria ser revista e que tinha havido uma alteração pois a quantidade de dias não representava qualidade e teria de ser repensada a questão de durar menos dias mas ter melhor qualidade. Disse que tinha havido uma grande falha para com o Movimento Associativo e que lhes deveria ser dado espaço nas iniciativas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que disse ter ficado “deliciado” a ouvir a intervenção da Vice-Presidente relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho acerca da explanação da reunião com a senhora Secretária de Estado da Educação, com a DGEstE e com os Técnicos e que quando falara de uma arquiteta, ter-se-á arrepiado de emoção. Disse que não tinha a ver com Governos nem com Partidos Políticos mas sim com a estrutura daquele Ministério. -----

----- A Presidente da AMS disse que a Vice-Presidente da CMS já teria explicado suficientemente bem as questões levantadas e que haveria condições de dar este ponto por encerrado.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que para clarificar o pedido do Deputado lobo da Silva, disse que se falara de dois elevadores, o elevador do complexo da Califórnia e o novo elevador que estava a ser construído e que o Deputado havia questionado, do ponto de vista da fiscalização, o motivo para o elevador que estava construído há 10 anos, não estar a funcionar. Disse que a informação relativa à construção do novo elevador havia sido explicada na reunião conjunta das Comissões.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e cinquenta e três minutos do dia 24 de junho de 2017.-----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----